

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS  
GERAIS - *CAMPUS* OURO PRETO  
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Ronaldo Terres Ferreira Junior

**ANÁLISE CRÍTICA DA LUTA DA OCUPAÇÃO CHICO REI EM OURO PRETO-MG**

Ouro Preto

2024

RONALDO TERRES FERREIRA JUNIOR

**ANÁLISE CRÍTICA DA LUTA DA OCUPAÇÃO CHICO REI EM OURO PRETO-MG**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, *Campus* Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Geografia.  
Orientador: Ramon Coelho Duarte

Ouro Preto

2024

---

F383a

Ferreira Junior, Ronaldo Terres.

Análise crítica da luta da Ocupação Chico Rei em Ouro Preto - MG  
[manuscrito] / Ronaldo Terres Ferreira Junior. – 2024.  
64 f. : il.

Orientador: Ramon Coelho Duarte.

Trabalho de Conclusão de Curso (licenciatura) – Instituto Federal de  
Minas Gerais. *Campus* Ouro Preto, 2024.

1. Ocupação Chico Rei. 2. Cidade - Direito. 3. Agentes sociais. I.  
Duarte, Ramon Coelho. II. Instituto Federal de Minas Gerais. *Campus*  
Ouro Preto. III. Título.

CDU: 911.375.1(815.1)

---

Catálogo: Kelly Cristiane Santos Morais - CRB-6/3217



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS**  
Campus Ouro Preto  
Diretoria de Ensino  
Docência de Área de Geografia  
Rua Pandiá Calogeras, 898 - Bairro Bauxita - CEP 35400-000 - Ouro Preto - MG  
- www.ifmg.edu.br

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**RONALDO TERRES FERREIRA JUNIOR**

**ANÁLISE CRÍTICA DA OCUPAÇÃO CHICO REI EM OURO PRETO-MG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Geografia, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - *Campus* Ouro Preto, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Aprovado(a) em 25 de setembro de 2024, pela Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ramon Coelho Duarte - IFMG *Campus* Ouro Preto - Orientador(a)  
Prof. Dr. Igor Rafael Torres Santos - IFMG *Campus* Ouro Preto  
Prof. Me. Gabriel Rodrigues da Silva - Professor Voluntário no IFMG *Campus* Ouro Preto

Ouro Preto, 25 de setembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Ramon Coelho da Cruz, Professor**, em 07/10/2024, às 19:13, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Igor Rafael Torres Santos, Professor**, em 07/10/2024, às 20:16, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Rodrigues da Silva, Professor**, em 07/10/2024, às 21:37, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **2057626** e o código CRC **C67D147E**.

Dedico este trabalho à minha mãe, meu porto seguro e minha maior inspiração. A sua sabedoria, amor e apoio incondicional foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, à minha mãe, por ser minha fonte inesgotável de força e motivação. Sua paciência, compreensão e apoio incondicional foram fundamentais para que eu superasse cada desafio durante esta jornada. Seu exemplo de dedicação e amor me inspirou a seguir em frente, mesmo nos momentos mais difíceis. Sou imensamente grato por tudo que você fez e continua fazendo por mim.

Ao meu orientador, Ramon Coelho Duarte, expressei minha profunda gratidão pela orientação e sabedoria que tanto contribuíram para a realização deste trabalho. Sua paciência, seus conselhos e o cuidado com que me guiou durante todo o processo foram essenciais para que eu pudesse concluir este projeto. Obrigado por acreditar em meu potencial, por me desafiar e, principalmente, por me ajudar a crescer academicamente e como pessoa.

Gostaria também de agradecer ao IFMG - Campus Ouro Preto, instituição que me proporcionou um ambiente de aprendizado e crescimento. Agradeço a todos os professores que me acompanharam ao longo dessa trajetória, em especial àqueles que me ajudaram diretamente com conhecimentos, conselhos e apoio durante a elaboração deste trabalho.

A todos, meu sincero reconhecimento e eterno agradecimento.

“A rebeldia é ponto de partida indispensável, é deflagração da justa ira, mas não é suficiente. A rebeldia enquanto denúncia precisa se alongar até uma posição mais radical e crítica, a revolucionária, fundamentalmente anunciadora. A mudança no mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio da sua superação, no fundo, o nosso sonho”.

Paulo Freire

## RESUMO

No Brasil, a busca pelo direito à cidade e por moradia digna é frequentemente manifestada por meio de ocupações em terras urbanas que não cumprem sua função social. Em Ouro Preto – Minas Gerais, essa luta é exemplificada pela Ocupação Chico Rei. O presente trabalho busca abordar a influência dos agentes produtores do espaço urbano: em especial o Estado, os agentes do setor imobiliário e os grupos sociais excluídos nas terras da FEBEM em Ouro Preto – MG. Como objetivo geral este trabalho irá discutir de modo crítico, e ao mesmo tempo relatar como os moradores e integrantes do movimento de ocupação de terra para fins habitacionais conhecido por “Ocupação Chico Rei” tem lutado pelas terras da FEBEM, de modo a garantir seus direitos à terra/moradia. Além disso, busca-se investigar se as amenidades da localização e a atuação dos agentes produtores do espaço urbano influenciaram na remoção da ocupação do local. Com o intuito de alcançar os seguintes objetivos iniciou-se com a revisão bibliográfica do tema. Já a pesquisa de caráter prático ou empírica foi feita através de idas a campo e com realização de entrevistas semiestruturadas com os principais agentes sociais (Estado e agentes sociais excluídos). Na área onde estava localizada a Ocupação Chico Rei há uma valorização devido à localização estratégica e à disponibilidade de serviços básicos, observa-se também uma nova forma morfológica de ocupação dessa área, ou seja, condomínios fechados recentemente que foram lançados. Desse modo, os resultados adquiridos evidenciou as principais motivações e a força do poder executivo municipal (Estado) no processo de retirada do grupo das terras da FEBEM.

**Palavras-chave:** Ocupação Chico Rei; direito a cidade; segregação; agentes sociais.

## **ABSTRACT**

In Brazil, the search for the right to the city and decent housing is often manifested through occupations on urban land that do not fulfill their social function. In Ouro Preto – Minas Gerais, this struggle is exemplified by the Ocupação Chico Rei. This work seeks to address the influence of agents producing urban space: in particular the State, agents in the real estate sector and social groups excluded on FEBEM lands in Ouro Preto – MG. The general objective of this study is to critically analyze the struggle of residents and members of the housing occupation movement called "Ocupação Chico Rei" on FEBEM lands, aiming to guarantee the right to land and housing. Furthermore, we seek to investigate whether the amenities of the location and the actions of the agents producing the urban space influenced the removal of occupation from the site. In order to achieve the following objectives, we began with a bibliographical review of the topic. Practical or empirical research was carried out through field trips and semi-structured interviews with the main social agents (State and social agents excluded). In the area where Ocupação Chico Rei was located, there is an appreciation due to the strategic location and the availability of basic services, a new morphological form of occupation of this area is also observed, that is, recently closed condominiums were launched. Thus, the results acquired highlighted the main motivations and the strength of the municipal executive power (State) in the country. process of removing the group from FEBEM lands.

**Keywords:** Chico Rei Occupation; right to the city; segregation; social agents.

## **SIGLAS E ABREVIATURAS**

IPDF - Instituto Profissional Domingos Freire

ALCAN - Alcan Alumínio do Brasil Ltda

PBD - Pittsburg Brazilian Dreading

DKM - Diamond King Mining

PJP - Fundação João Pinheiro

EFOP - Escola de Farmácia de Ouro Preto

EM - Escola de Minas

FEBEM - Fundação Estadual do Bem Estar do Menor

FNRU - Fórum Nacional de Reforma Urbana

PMOP - Prefeitura Municipal de Ouro Preto

DFPOP - Departamento de Fiscalização e Posturas de Ouro Preto

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

HEXAGONO - Hexágono Engenharia

CMOP - Câmara Municipal de Ouro Preto

PMMG - Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tombamento de Ouro Preto .....	22
Figura 2 - Coordenadores do Coletivo Chico Rei posaram para foto, após usarem a palavra na Tribuna Livre da Câmara de Vereadores de Ouro Preto MG.....	34
Figura 3 - Terras da NOVELIS .....	35
Figura 4 - Roda de conversa na Ocupação com líderes sindicais .....	36
Figura 5 - Delimitação de área de estudo - Ocupação Chico Rei Terras da FEBEM	37
Figura 6 - Ocupação Chico Rei recebe reitora da UFOP para aula inaugural - Casa de pau-a-pique ao fundo. ....	38
Figura 7 - Mais de 30 famílias ocuparam mais um pedaço das terras griladas na região da antiga - Casa de madeirite ao fundo. ....	38
Figura 8 - Famílias de baixa renda e trabalhadores foram expulsos das terras da antiga FEBEM - Casa de alvenaria ao fundo .....	39
Figura 9 - Ação policial da reintegração de posse .....	40
Figura 10 - Caminhão de mudança enviado pela prefeitura durante a reintegração de posse.....	40
Figura 11 - Saída pacífica da ocupação na ação policial da reintegração de posse da FEBEM .....	41
Figura 12 - Reportagem que retrata que o valor do bolsa moradia não cobre o preço do aluguel.....	42
Figura 13 – Localização da área de estudo, em perspectiva ao Centro Histórico de Ouro Preto (MG) .....	49
Figura 14 – Peça promocional que demonstra os serviços de infraestrutura que o residencial Quintal Da Villa vai oferecer.....	50
Figura 15 - Representa a oferta de setores de serviço na área estudada .....	50
Figura 16 - Proximidade do residencial Quinta da Villa com a área da FEBEM .....	51

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1 A QUESTÃO HISTÓRICA DE PERIFERIZAÇÃO DA MORADIA EM OURO PRETO .....</b>	<b>16</b>
<b>1.1 Formação Histórica de Ouro Preto: algumas considerações sobre a escassez de solo urbano no município .....</b>	<b>18</b>
<b>2 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A RENDA DA TERRA COMO PRECURSORA DA NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE .....</b>	<b>25</b>
<b>3 O OBJETO DE ESTUDO: HISTÓRICO DE ORGANIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO CHICO REI .....</b>	<b>33</b>
<b>4 OS OBSTÁCULOS NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À MORADIA ADEQUADA E DO DIREITO À CIDADE EM OURO PRETO: RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA .....</b>	<b>44</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>58</b>
<b>APÊNDICE I – Roteiro 1 para entrevista com o superintendente de habitação do Município de Ouro Preto (MG).....</b>	<b>61</b>
<b>APÊNDICE II – Roteiro 2 de entrevista com o vereador (líder) da Ocupação Chico Rei .....</b>	<b>62</b>
<b>APÊNDICE III – Roteiro 3 de entrevista com as lideranças da Ocupação Chico Rei... </b>	<b>63</b>
<b>ANEXO A - Relatório de serviço do Departamento de Fiscalização e Posturas da PMOP, referentes as vistorias realizadas nos dias 14, 20 e 22/01/2018 .....</b>	<b>64</b>
<b>ANEXO B - Pedido de reintegração de posse 28/02/2018.....</b>	<b>65</b>

## INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa vamos tratar da temática que envolve a relação da produção de habitação de interesse social com o movimento de luta pelo direito à moradia no espaço urbano do município de Ouro Preto – Minas Gerais.

A construção de moradias na cidade está relacionada à produção do espaço urbano. Segundo Lefebvre (2008), o espaço é onde a reprodução da sociedade e as relações sociais se realizam. Para tanto, a produção do espaço é resultado de um processo que envolve os aspectos econômicos, políticos e sociais, no qual o espaço é político e instrumental, constituindo-se em “lugar e meio onde se desenvolvem estratégias, onde elas se enfrentam” (LEFEBVRE, 2008, p. 172).

O direito à moradia no Brasil é produzido de modo desigual e isso reflete na precarização dos bairros e suas infraestruturas, resultando na segregação socioespacial. Essa segregação expõe diretamente a exclusão urbana, e é o que levou os moradores da ocupação Chico Rei em Ouro Preto (MG), a procurar outras formas de garantir moradia digna e a necessidade de pensar o planejamento urbano com a oferta de habitação de interesse social. Segundo Costa (2011), tais moradores representam uma grande parcela da sociedade ouropretana, que não garante sua moradia via processos legais por causa do mercado imobiliário altamente excludente e especulativo. Portanto, a cidade é também espaço das lutas sociais.

Os processos da sociedade urbana demandam funções urbanas que se concretizam em formas espaciais, produzidas pelos principais agentes produtores do espaço ou agentes sociais, sendo eles: “a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, b) os proprietários fundiários, c) os promotores imobiliários, d) o Estado, e) e os grupos sociais excluídos” (CORRÊA, 1989, p. 12). Os dois primeiros são responsáveis por extrair o máximo da renda da terra urbana. Já os promotores imobiliários, são entendidos como “um conjunto de agentes que realizam, parcial ou totalmente, as seguintes operações: a) incorporação, b) financiamento, c) estudos técnicos, d) construção ou produção física do imóvel, comercialização ou transformação” (CORRÊA, 1989, p.19-20).

O Estado é um grande agente social, pois tem múltiplos papéis, dentre eles:

- a) o estabelecimento do marco jurídico; b) a taxação da propriedade fundiária, das edificações, do uso da terra e das atividades produtivas; c) a produção das condições gerais de produção para os outros agentes; d) o controle do mercado fundiário; e) tornar-se produtor imobiliário; e f) tornar-se produtor industrial (CORRÊA, 2014, p. 45 e 46).

Por último, os grupos sociais excluídos são aqueles que não possuem renda para pagar o aluguel de uma habitação digna e muito menos para comprar um imóvel, portanto, sofrem a exclusão do direito à moradia.

Assim, é necessário fazer uma análise de como os agentes sociais e a espacialidade de suas ações tem relação direta com a problemática da questão da moradia, principalmente na lógica intraurbana da cidade capitalista, sendo nítido o privilégio das classes sociais de maior poder aquisitivo, pois são as que usufruem dos melhores serviços da cidade e que conseqüentemente possuem suas habitações nas melhores localizações.

Ao tratar da questão de acesso à propriedade da terra no Brasil, temos a Lei Complementar de nº 8.634/93 (Brasil, 1998) que traz que "é assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista na lei". Portanto, a terra como subsistência, moradia é um direito fundamental do homem. Para o homem garantir a vida, ele precisa da terra. Por isso desde os primórdios da humanidade que o homem luta pelo acesso à terra, e em Ouro Preto essa luta é cada vez mais evidente. Neste sentido, esse trabalho busca verificar as possíveis causas da luta da população de menor renda ou de menor poder aquisitivo pelo direito à moradia em Ouro Preto – MG. O que nos levanta alguns questionamentos que buscaremos ser respondidos durante o desenrolar desta pesquisa, destacamos aqui um dos principais: Na cidade de Ouro Preto o direito à moradia não existe, está sendo violado ou é apenas para quem tem dinheiro para pagar pela moradia?

Como objetivo geral, este trabalho irá discutir de modo crítico, e ao mesmo tempo relatar como os moradores e integrantes do movimento de ocupação de terra para fins habitacionais conhecido por "Ocupação Chico Rei" tem lutado pelas terras da FEBEM, de modo a garantir seus direitos à terra/moradia. Para isso será investigado também se houve outros interesses nesta área urbana bem localizada no distrito-sede de Ouro Preto – MG por dos agentes sociais, inclusive quais interesses estão por detrás da retirada da Ocupação desta área.

É importante também compreender os fatores históricos de formação do espaço urbano pela perspectiva dos agentes sociais envolvidos, sobretudo o Estado, no que condiz a questão: - Qual a participação do poder público para contribuir com o processo jurídico em andamento da retirada da Ocupação Chico Rei dessa área?

Para alcançar os objetivos determinados, foi realizada pesquisa e revisão

bibliográfica, tendo como base as discussões referentes à Geografia Urbana, infraestrutura, localização e agentes produtores do espaço segundo Corrêa (1989), Harvey (1980), Lefebvre (2001), Villaça (2017), dentre outros. Além do levantamento histórico sobre a urbanização de Ouro Preto (MG) com foco no que realça o recorte territorial da pesquisa (a área de estudo aqui escolhida).

Já a pesquisa de caráter prático ou empírica foi feita através de idas a campo por meio da observação das características da localização, visando à identificação dos agentes produtores do espaço e as infraestruturas presentes na localidade, além da análise de imagens de satélite via *Google Maps* e fotografias.

Por fim, com o propósito de responder a problemática proposta na pesquisa, optamos por entrevistas semiestruturadas com os principais agentes sociais que foram selecionados na pesquisa: quatro lideranças da Ocupação Chico Rei sendo dois homens e duas mulheres e o superintendente de habitação de Ouro Preto, pois ele está inserido na gestão pública e pode trazer informações privilegiadas, um olhar diferente sobre a pesquisa e pode levantar questões a partir da atuação e interferências políticas da gestão pública. “A entrevista como um método qualitativo da pesquisa, é uma ferramenta poderosa para a coleta e levantamento de informações (GUSTIN e DIAS, 2020, p. 217)”.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas de modo individual, ou seja, com um entrevistado(a) por vez, e foram preestabelecidas algumas perguntas, mas sem a finalidade de deixá-las fixas, buscamos deixar o entrevistado confortável e livre para acrescentar questões caso fosse importante, mas sem perder o foco no objetivo da pesquisa. Portanto, é importante destacar que essas “técnicas de entrevista aberta e semiestruturada também têm como vantagem a sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos” (QUARESMA, 2005, p. 75).

O presente trabalho foi então estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se o histórico de periferização e segregação da moradia em Ouro Preto. O segundo capítulo trata da renda da terra como forma de se compreender a sua relação com a negação do Direito à Cidade. No terceiro capítulo apresenta-se a área de estudo da pesquisa e o histórico de organização da Ocupação Chico Rei, ou seja, sua origem, lema e motivação. No quarto capítulo, trata-se dos resultados da pesquisa, ou melhor, há um estudo de caso do processo de reintegração de posse executado pelo poder executivo municipal, neste sentido discutiremos os obstáculos

na efetivação do direito à moradia adequada e do direito à cidade.

Nas considerações finais apresentamos as impressões gerais acerca do trabalho desenvolvido, fazendo algumas reflexões sobre a produção do espaço urbano em Ouro Preto – MG. Nesse sentido, expomos alguns comentários sobre as contribuições da pesquisa para compreensão das contradições relacionadas à questão da moradia, e na temática de movimentos sociais na Geografia, com o objetivo de dar reconhecimento e importância para os movimentos de luta por moradia em Ouro Preto.

## **1 A QUESTÃO HISTÓRICA DE PERIFERIZAÇÃO DA MORADIA EM OURO PRETO**

A periferização refere-se ao processo de segregação socioespacial da classe menos favorecida de recursos financeiros, mais conhecida como classe de renda baixa, geralmente em cidades capitalistas de países emergentes e/ou em desenvolvimento, que é o caso de grande parte das cidades brasileiras, e diz respeito à aglomeração humana que está a uma considerável distância da área urbana central ou do núcleo urbano principal da cidade. E para entender tal processo em Ouro Preto – MG é necessário abordar o processo de formação na qual estão inseridas as pessoas residentes nas áreas periféricas da cidade.

Até o início do século XVIII, a cidade de Ouro Preto tem sua atividade ligada ao ouro. O século XIX é voltado a sua função político-administrativa que, a duras penas, manteve seu acervo arquitetônico e a vida econômica da cidade. A transferência da capital para a nova cidade de Belo Horizonte, em 1897, provocou um esvaziamento urbano, por conta da retirada da sua função administrativa. De 1900-1945, Ouro Preto assume a função de importante centro acadêmico educacional. Segundo Costa (2011, p. 326) “(...) com uma infraestrutura que competia com as melhores cidades de mesmo porte do país, além do seu prestígio de antiga capital, Ouro Preto firma-se como principal centro educacional do estado de Minas Gerais.” Além da presença de agência dos Correios, a inauguração da linha da Estrada de Ferro Central do Brasil, em julho de 1889, reforçavam suas condições privilegiadas. A Escola de Farmácia, o curso de Odontologia do Instituto Profissional Domingos Freire, e a Escola de Minas e Metalurgia foi alvo das atenções da população acadêmica de todo o país” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1974, p. 12).

Em seguida, vem a década de 1940, que é marcada pela implantação da fábrica de alumínio, pelo grupo canadense Aluminium Limited. Para Costa (2011 p. 326) a implantação da fábrica favoreceu tanto a evolução econômica da cidade quanto, o aumento da densidade demográfica, tendo início, um crescimento populacional de base migratória se mantendo até a década de 1980. Com isso, houve o adensamento inicial de Saramenha e do Morro do Cruzeiro, já ao norte da cidade para além do centro, o Morro São Cristóvão, o Morro da Queimada, o Morro Santana, e o Morro São João. Ao sul da cidade, após a década de 1970, os bairros Novo Horizonte e Nossa Senhora do Carmo, e com a abertura da rodovia MG-356 esse processo de intensificou nos bairros Água limpa e São Cristóvão. Só para termos uma ideia, os dados da Fundação João Pinheiro revelam que na década de 1970 “(...)

com 2.200 empregados na fábrica, 415 no setor de reflorestamento, 720 empreiteiros, foram gerados impostos que colocaram a arrecadação de Ouro Preto em 8º lugar no Estado”.

Para compreender a cidade contemporânea e conseqüentemente a periferização, segundo Sposito:

É imprescindível tomar como parâmetro a transição histórica que marca a passagem da cidade pré-industrial, caracterizadas pela proximidade física entre diferentes, para cidades indústrias, por sua vez caracterizadas pela busca de alternativas para uma convivência cada vez menos tolerável entre os diferentes, vistos como de desiguais. Tal busca resultou, inicialmente, na articulação de estratégias de controle social voltadas, sobretudo, à disciplina dos trabalhadores, como as separações espaciais que, por sua vez, implicaram num movimento em direção às periferias urbanas e numa forte hierarquização das novas áreas residências que passaram a caracterizar a cidade liberal (2022, p. 29 - 30).

Sendo assim, de acordo com Corrêa (1995), *apud* Cremonese (2007), devemos observar que, dentre os processos de organização espacial que se processam na cidade e que, por conseguinte, lhe dão forma e vida, a segregação socioespacial se caracteriza dentre aqueles processos ligados à existência e reprodução dos diferentes grupos sociais, ou seja, representa parte da divisão social do espaço. Porém este processo não está desvinculado dos demais de cunho econômico como o desenvolvimento das atividades de indústria, comércio e serviços. Como podemos observar nos parágrafos anteriores, reforça a ideia que Sabatini e Brain (2008), Prévot-Schapira e Pineda (2008), cuja contribuição primordial reside na ênfase conferida ao fato de que essa segregação é uma construção histórica.

No caso de Ouro Preto, a consolidação dos bairros de periferia está diretamente vinculada ao dinamismo da indústria após a década de 1950 e da chegada de migrantes que procuravam por melhores condições de vida na cidade, além da valorização da terra urbana da área central da cidade, por conta do símbolo patrimonial. A industrialização, enquanto processo catalizador dos fundamentos desiguais da sociedade, pelos seus conteúdos político econômicos, promove a uma urbanização que se reflete na segregação. Cabe destacar, “que não há dois tipos de segregação, mas um só. A segregação é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros” (VILLAÇA, 1998, p. 148-149).

O padrão construtivo das edificações dos bairros citados acima é precário

e muitas vezes as habitações foram construídas clandestinamente, pelo baixo nível econômico de vida da população que se dirigiu a Ouro Preto, desde a emergência da indústria de alumínio. Pela ausência de planejamento e controle urbanos eficazes, resultou em ocupações e assentamentos precários, além de serem em sua maioria áreas com restrito acesso aos serviços urbanos básicos como: água, esgoto, transporte, com difícil acesso aos bens e serviços. Após a análise e síntese do trabalho de Costa (2011), vale ressaltar que a população dessas áreas ocupadas após a década de 1950, em sua maioria, são trabalhadores da indústria, uma população de baixa renda e que esse movimento de ocupação do entorno da área central deu-se, pelo elevado preço da terra no Centro que por sua vez favoreceu em grande medida, sob a forma de ocupações ou “invasões”.

A partir de Villaça (1998), podemos dizer que a ocupação de terrenos sem pagar por eles – as denominadas “invasões”, ou ocupação desordenada facilitando às classes populares um pouco de usufruto de vantagens do privilegiado território urbano, ordenado pela alta renda e cuja lucratividade é obtida por meio da economia urbana. Bonduki e Rolnik (1982) *apud* Costa (2011 p. 337), afirma que a urgência em se verem livres do aluguel, ou de deixar a moradia cedida, justifica a ocupação pela classe de menor poder aquisitivo, uma vez que um barraco pode ser erguido em uma noite e custa pouco em relação a uma casa de alvenaria.

Esse processo de ocupação não é comum só em Ouro Preto, pode-se citar ocorrências similares nas denominadas também cidades históricas de Minas Gerais, como Diamantina e São João Del Rei – MG (MARTINS, 2000; CARNEIRO, 2009).

### **1.1 Formação Histórica de Ouro Preto: algumas considerações sobre a escassez de solo urbano no município**

A cidade de Ouro Preto, localizada em Minas Gerais, Brasil, teve sua origem a partir do agrupamento de diversos arraiais, devido ao período chamado ciclo do ouro, que foi um período histórico que teve seu auge durante os séculos XVIII e XIX. Para entender a formação, constituição e evolução urbana do território ouropretano e necessário entender esse período considerado pioneiro nesta formação. Esse ciclo foi impulsionado pela descoberta de grandes jazidas de ouro, o que atraiu uma quantidade significativa de exploradores, mineradores e colonos em busca desta riqueza. O processo de exploração do ouro, era árduo e exigia grande esforço humano. Inicialmente, os bandeirantes exploravam o ouro aluvião as margens

dos ribeirões e depois nos morros que circundam a cidade, onde o minério era abundante.

Diferenciando-se do padrão da época, onde as cidades geralmente se desenvolviam a partir de um núcleo central, Ouro Preto surgiu da ligação entre ocupações existentes e caminhos de ligação entre elas, formando o que hoje é chamado de "caminho tronco" da cidade, Monte-mór (2001), descreve bem essa dinâmica evolutiva física, social e cultural, tendo como ponto de partida a atividade produtiva e a relação entre a mineração e a formação de núcleos urbanos, como citado no parágrafo anterior.

As descobertas ou primeiros achados expressivos de ouro definiam o assentamento e implicavam também a construção imediata de capelas toscas que inicialmente fossem, nos morros, outeiros ou encostas adjacentes onde depositar as imagens trazidas na empreitada e agradecer aos santos de proteção, ao Cristo ou à Virgem. Os arraiais se organizavam então em torno das capelas e se estendiam pelos caminhos de acesso às áreas de mineração. Assim, o tecido urbano resultante era, via de regra, linear, compondo-se espontaneamente à medida que caminhava a mineração e se fortaleciam suas interligações. Dada a distribuição de ouro em várias grotas e córregos, senão distantes entre si pelo menos separadas por acidentes geográficos, diversas eram as nucleações que surgiam ao longo dos caminhos. O caminho principal, ou caminhos principais, logo ou tarde recebiam ordenações que os transformavam em espaços institucionalizados, garantindo localização privilegiada para o comércio e abastecimento e não mais tratados apenas como reprodução (MONTEMÓR, 2001, p.4).

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, a região testemunhou a elevação de alguns arraiais à categoria de vila, culminando na criação da Antiga Vila Rica de Albuquerque, posteriormente denominada Vila Rica, e finalmente recebendo o título de Imperial Cidade de Ouro Preto em 1823, tornando-se a capital da Província de Minas Gerais, cenário marcado por uma série de acontecimentos históricos de grande relevância para o país, abrangendo desde o período de apogeu e declínio da extração de ouro até conflitos como, a guerra dos emboabas e a inconfidência mineira. Além disso, a cidade foi palco da formação de renomados pintores e artistas do período barroco.

Neste sentido, destaco que Ouro Preto foi uma importante cidade na exploração de recursos minerais, o que resultou em uma série de impactos que na

maioria das vezes está atrelado na maneira que esses núcleos urbanos foram formados anteriormente, que perduram até os dias atuais. É crucial entender que a mineração exerceu um papel fundamental na configuração do espaço urbano ouropretano, conforme destacado por Silva e Santos (2010), que apontam a mineração como um elemento propulsor na configuração espacial das cidades mineiras desde o século XVII. Segundo eles, a mineração "ancorada na pujante base material do ouro e pedras preciosas, a ocupação mineira nasceu urbana" (SILVA e SANTOS, 2010, p.4).

Esta atividade moldou a paisagem urbana como uma grande colcha de retalhos, influenciando a tipologia das construções, a morfologia e a organização da cidade. Além disso, essa mineração provocou migrações em busca de oportunidade de trabalho em Ouro Preto, território que apresentava limitações significativas para acomodar os operários que aqui chegava, ou seja, a cidade tinha vocações que demandava mão de obra mais ao mesmo tempo não possuía espaço (terra) para o operário, resultando na formação de núcleos urbanos espontâneos que surgiram como consequência direta desse processo, esse dado elucidado a argumentação "ao que consta, dentre 1776 a 1821 a população de Ouro Preto era maior que a atual, cerca de 78 mil habitantes, o que para a época se tratava de uma das zonas urbanas mais efervescentes do Brasil" (STUMPF, 2017, p.541).

Em suma, a atividade mineradora do ouro deixou um legado profundo em Ouro Preto, tanto em sua estrutura física quanto na dinâmica social, demonstrando a complexidade de planejamento devido à escassez do solo urbano. Além desse, histórico minerário é preciso debruçar na segunda problemática sobre a escassez do solo, seguindo uma linha do tempo histórica de Ouro Preto.

Com o declínio do ouro e a proclamação da república em 1889, a posição de Ouro Preto como capital passou a ser questionada, levando à nomeação de Belo Horizonte como a nova capital de Minas Gerais em 1897. Esse evento desencadeou o declínio da população e da economia de Ouro Preto, com muitos residentes migrando para a nova capital. No início do século XX, a cidade começou a atrair a atenção de arquitetos, urbanistas e artistas preocupados com seu estado de conservação. Esse interesse levou à pressão sobre o poder público, para a criação da legislação voltada para a proteção da cidade, resultando no tombamento de Ouro Preto como Monumento Nacional em 1933. Apesar dos esforços de preservação, a cidade enfrentou desafios como a falta de implementação de planos de proteção

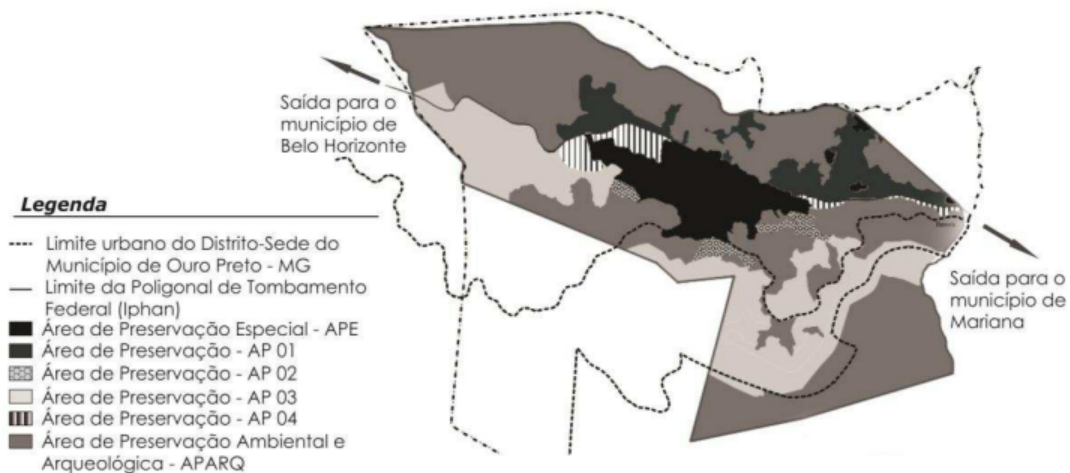
patrimonial e intervenções inadequadas. Somente a partir de 1979, com a proposta inovadora de Aloísio Magalhães com o envolvimento da comunidade local na preservação, houve um avanço significativo na conservação do patrimônio histórico e cultural de Ouro Preto.

Em setembro de 1980, Ouro Preto foi declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, reconhecendo sua importância histórica e cultural. Desde então, a cidade tem sido objeto de esforços contínuos de preservação, com o registro no Livro do Tombo Histórico, Etnográfico e Paisagístico em 1986 e a delimitação do perímetro de tombamento em 1989, medidas que permanecem vigentes até os dias atuais. Neste sentido, o uso e ocupação do solo em Ouro Preto estão condicionados à Lei Complementar nº. 93/2011, a qual estabelece normas e condições para a definição das zonas urbanas. Sendo assim, foram criados segundo, Álvares e Souza, as

(...) Zona de Proteção Especial (ZPE), que compreende as áreas que contêm os valores essenciais a serem preservados nos conjuntos urbanos, que configuram a imagem do lugar e, a Zona de Adensamento Restrito 3 (ZAR 3), que são áreas contíguas a ZPE, em que se encontram edificações de interesse cultural, devendo ser objeto de controle do potencial de interferência na paisagem urbana tombada (2016, p. 73).

Vale ressaltar, que todas as demais zonas devem considerar o perímetro de tombamento e seu alcance e influência ao entorno. Na Figura 1, é possível observar que o perímetro tombado vai além do centro histórico, ou seja, “a área urbana do distrito-sede possui, aproximadamente, 27,5 km<sup>2</sup>, e a área tombada pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (hoje IPHAN) como conjunto arquitetônico e urbanístico, corresponde a 81 % da área urbana, com cerca de 22,25 km<sup>2</sup>” (SILVA, 2006, p. 128).

Figura 1 - Tombamento de Ouro Preto



Fonte: Iphan (2010)

Posto isso, estamos diante dos seguintes desafios, devido às restrições impostas pela legislação de preservação do patrimônio histórico e pelo perímetro de tombamento e seu alcance e influência, que limita e afeta a disponibilidade de espaços para habitação. Neste sentido, essa escassez de solo urbano resulta em diversos problemas, como aumento dos preços dos imóveis e do solo urbano, dificultando o acesso à moradia adequada para a população de baixa renda, que não tem dinheiro para pagar pelos altos preços do solo urbano. Para lidar com esse desafio, é necessário políticas urbanas cuidadosas, ou seja, que leve em consideração tanto a preservação do patrimônio histórico, quanto a necessidade de proporcionar moradia acessível e de qualidade e bem localizada para os habitantes de baixa renda.

Em Ouro Preto essa realidade está muito distante, pois o que observamos é que o poder público ouro-pretano a todo o momento usa o tombamento como desculpa para violar o direito à moradia de interesse comum. Isso é evidente, quando o poder público municipal abdica de terras públicas bem localizadas e propícias para habitação como, é o caso da terra da NOVELIS com 1.191.595,72 m<sup>2</sup>, que foram cedidas gratuitamente em 1953 pela PMOP para a Eletro Química Brasileira S/A. Essas terras foram ocupadas pela ALCAN Alumínio do Brasil S.A, que, por sua vez, foi sucedida pela NOVELIS. Como também as terras da FEBEM, que nos últimos anos a PMOP, não demonstrou nenhum interesse em desapropriar e receber as terras do estado de Minas Gerais, com isso ficando sem imóveis disponíveis para implantar

políticas de habitação, ambas localidades estão fora do perímetro tombado. Portanto, essas decisões não buscam defender os interesses sociais da população mais vulnerável, mas os interesses privados de uma parcela pequena da população que consegue comprar o solo urbano, melhor dizendo, trata-se de uma disputa por localizações no espaço urbano, na qual envolve diversos fatores políticos e ideológicos, que favorece a classe dominante.

Em Ouro Preto é perceptível que existe uma lacuna de entendimento entre o planejamento urbano e a preservação do patrimônio. No entanto, o planejamento da cidade pode ser um aliado na conservação desse patrimônio, como destacado por Carvalho e Mendes (2014) ao afirmarem que "tratar o patrimônio cultural dentro do contexto do desenvolvimento sustentável implica na necessidade de integrar cada vez mais a preservação ao planejamento urbano".

O exemplo de Ouro Preto ilustra essa relação. Se houvesse um planejamento adequado de moradia destinada à população de baixa renda, isso contribuiria para a preservação do patrimônio histórico. A atual concentração de tráfego intenso no centro da cidade, ocorre devido à dispersão da mão de obra para áreas como a Serra de Ouro Preto, São Cristóvão, Morro Santana, Morro Da Queimada e Taquaral, enquanto os empregos e os serviços públicos estão situados no outro lado da cidade, como a: Alcan (hoje ACET), Fábrica de Cabos, UFOP, IFMG, supermercado, hospital e UPA. Desta maneira, qualquer deslocamento que ocorre em Ouro Preto, é preciso atravessar o centro histórico, o que resulta na degradação do patrimônio material ouro-pretano, que deve ser preservado, valorizado e pensado de acordo com as relações contemporâneas, já que uma das maneiras de realização do direito a cidade pode ser através do patrimônio, como expressa Simão:

(...) a preservação do patrimônio urbano integra o feixe de direitos sociais fundamentais que compõem o direito à cidade, em um contexto com profundas desigualdades, que resultam em processos excludentes e injustos, é essencial identificar algumas questões que podem ser atribuídas a práticas antigas, já ultrapassadas, que conservam premissas conservadoras em dissonância às relações contemporâneas (2017, p. 297).

Portanto, é possível preservar o patrimônio como parte integrante do direito à cidade e dos direitos sociais fundamentais. No contexto de profundas desigualdades presentes nas cidades, a preservação do patrimônio não é apenas uma questão estética ou histórica, mas também uma questão de justiça social de inclusão. Ao preservar o patrimônio, estamos garantindo que as comunidades tenham acesso a

espaços e estruturas que são parte de sua identidade e história. Isso é crucial para promover o senso de pertencimento e continuidade cultural, especialmente em áreas onde as transformações rápidas podem apagar a memória coletiva e marginalizar grupos sociais historicamente desfavorecidos, bem como garantir que as políticas de preservação sejam sensíveis às necessidades e interesses de todos os segmentos da sociedade.

Vale ressaltar, que para isso ser possível, é preciso revisar e questionar práticas antigas de preservação do patrimônio que, podem estar enraizadas em premissas conservadoras. Essas práticas podem perpetuar desigualdades e injustiças ao manterem estruturas de poder, que excluem certos grupos sociais ou impõem uma visão dominante sobre o que deve ser preservado ou valorizado.

## **2 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A RENDA DA TERRA COMO PRECURSORA DA NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE**

O conceito de espaço urbano expressa a dimensão física da cidade, que serve como suporte para o desenvolvimento das atividades e interações. Além disso, é essencial para a habitação humana e vital para a existência e continuidade das sociedades. O espaço urbano é compreendido, não como um produto natural, mas como resultado das atividades humanas, ou seja, é moldado pelas intervenções de diversos agentes que, por meio de suas ações, dão forma física às cidades.

Neste sentido, o espaço urbano é crucial para a reprodução das relações sociais, sendo visto "não apenas como uma criação da sociedade, mas também como um elemento e meio para a realização de toda a dinâmica social" (TRINDADE JUNIOR, 1998, p. 1). A construção do espaço urbano, não ocorre de forma independente do sistema socioeconômico em que está inserido. Pelo contrário, está intrinsecamente ligado às estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais da sociedade.

Para entender a dinâmica do espaço e suas atribuições de uso, é necessário analisar e compreender, as políticas de distribuição e controle da terra. Lefebvre (2001) destaca a importância de entender a renda fundiária para a compreensão do espaço urbano capitalista contemporâneo.

A questão da renda fundiária parecia fora de moda; porém, ela conserva sua importância. Ela se amplia mesmo, pois os terrenos disponíveis para a construção da cidade industrial, seus preços, a especulação que se apossa deles, são do domínio dessa teoria, aparentemente marginal em relação à do lucro e do salário (Lefebvre, 2001, p. 162).

O conceito de renda terra é elaborado a partir da distribuição do excedente entre grupos sociais diferentes, como a propriedade privada da terra. Desse modo, Harvey (1980) traz interessante contribuição para questão, ao sintetizar a teoria da renda. A renda da terra é uma categoria de análise amplamente discutida. Ao contrário de outras mercadorias, a terra não é produzida a partir do trabalho humano. Ela existe em cada espaço de forma única, sendo essencial para todos nós, já que precisamos de um lugar para viver.

No entanto, Harvey (1980), destaca que a terra possui características singulares, que a coloca como uma mercadoria especial. Em primeiro lugar, ela é fixa, não podendo ser deslocada como outras mercadorias, conferindo assim o monopólio de uso à pessoa que detém os direitos sobre sua localização específica. Além disso,

a terra é indispensável para uma série de atividades humanas, como trabalho, lazer e moradia, o que a torna uma mercadoria essencial e intransferível. Sua troca de mãos é rara, mas ao longo do tempo, podem ser adicionadas melhorias que possibilitam a acumulação de riqueza. O uso do solo, adquirido mediante grandes investimentos financeiros em um momento específico, perdura por períodos consideráveis, apesar de sua transação no mercado ocorrer em momentos pontuais. Adicionalmente, as benfeitorias realizadas na terra, podem servir a diversos propósitos de acordo com o usuário ou proprietário. Neste sentido, a terra também é vista como um ativo de considerável valor, resultando em disputas pelo seu uso e posse.

Na sociedade contemporânea, instrumentos jurídicos baseados em relações de poder estabelecidas através de facilidades promovidas pelo Estado, garantem a posse a um segmento da sociedade, que monopoliza grandes extensões de terra, por uma minoria de proprietários. Harvey (1980), coloca esses instrumentos como diversos "mecanismos ocultos" que operam nas cidades, distribuindo a riqueza de forma desigual, "que geram desigualdades de rendimento em primeiro lugar, em vez de as reduzirem" (HARVEY, 2010, p. 52).

Por sua vez, o acesso à terra passa a ser "um simples bem financeiro que é comprado e vendido segundo a renda que ele produz, o que é negociado é um direito sobre as rendas futuras, o que significa um direito sobre os lucros futuros do uso da terra" (Harvey, 2015, p. 508). Em outras palavras, os proprietários de terras, demanda que outras categorias da sociedade paguem um valor pelo direito de habitar a terra.

A propriedade fundiária, implica que alguns indivíduos possui o direito de controlar partes específicas de uma cidade de acordo com sua vontade. Esse direito é estabelecido pelas leis, que concedem a esses indivíduos o direito de utilizar essas terras como se fosse uma mercadoria comum. Sendo assim, essas áreas urbanas são denominadas "vazios urbanos", ou seja, geralmente são locais subutilizados ou desocupados, encontrados tanto em áreas centrais quanto periféricas. Esses proprietários apropriam-se, tanto do capital privado quanto do capital público, que é investido em infraestrutura em uma determinada localidade. Em geral a renda da terra representa a forma econômica pela qual a propriedade fundiária se realiza. No entanto, esse mercado de terra controla a cidade capitalista. Dessa forma, o acesso a esse bem, é de acordo com a capacidade financeira de cada indivíduo.

No cenário atual quando a terra é sujeita à lógica capitalista, a terra

apresenta como uma mercadoria, por várias razões como descrito anteriormente. Primeiro, ela é suscetível à monopolização. Segundo, que nesse processo o valor de troca supera o valor de uso, por consequência ocorre a degradação das relações sociais. Neste sentido o acesso à terra acaba se tornando um momento de colisão entre o valor de uso para valor de troca, que transforma o solo em um objeto de especulação e comercialização, uma essência puramente mercadológica (HARVEY, 1980). O valor da renda da terra é aumentado através, de diversas ocasiões como, pela especulação imobiliária, tanto sobre propriedades já construídas quanto sobre áreas urbanas “vazias”, como expressa Harvey (2014):

O mercado imobiliário absorvia diretamente uma parte significativa do excedente de capital, que era canalizado para novas construções (tanto os guetos dos centros quanto os conjuntos residenciais suburbanos e novos espaços para edifícios de escritórios), enquanto a rápida inflação do preço das moradias, sustentada por uma onda perdulária de refinanciamento hipotecário a taxas de juros historicamente baixas, fomentava o mercado interno dos Estados Unidos para bens de consumo e serviços (p. 40).

Além da especulação imobiliária o valor da renda da terra é aumentado, pela demanda crescente por habitação e por fim, a intervenção do Estado, que influencia a renda fundiária, por meio de ações e regulamentações sobre o uso e ocupação do solo, por exemplo mediante as leis de zoneamento e promovendo infraestrutura urbana, esses “proprietários de terra que tratam sua terra como puro ativo financeiro levam adiante exatamente essa tarefa de valorização” (HARVEY, 2006, p. 368). Esse aumento da renda da terra, provoca diversas desigualdades urbanas como a segregação socioespacial, que devido a esses investimentos públicos e a especulação imobiliária, leva à expulsão de indivíduos de baixa renda e à transformação de bairros em áreas mais exclusivas como os condomínios residenciais de luxo. Harvey (2006) coloca “que a renda da terra é socialmente necessária à perpetuação do capitalismo”.

Seguindo essa linha de raciocínio, precisamos aprofundar na relação do sistema capitalista com a produção e consumo do espaço e a especulação imobiliária, saída encontrada pelo capitalismo que parece esgotar-se. Neste sentido, na década 70, é possível observar essa relação na passagem do texto de Lefebvre (1999), abaixo.

O capitalismo parece esgotar-se. Ele encontrou um novo alento na conquista do espaço, em termos triviais, na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e venda do espaço. E isso à escala mundial. [...] A estratégia vai muito mais longe que a simples venda, pedaço por pedaço, do espaço. Ela não só faz o espaço entrar na produção da mais-

valia, ela visa uma reorganização completa da produção subordinada aos centros de informação e decisão (p.143).

Esse tipo de produção do espaço reúne uma série de interesses, norteados pelos preceitos capitalistas. Na urbanização atual de contínua expansão, a especulação imobiliária e a expulsão das camadas sociais mais baixas para periferia, é fato comum, pois, por estarem renegadas por não possuir renda necessária para ascenderem a condição de propriedade. Além disso, em muitas ocasiões observou-se a utilização recorrente de recursos estatais e força policial para concretizar esses projetos, como evidenciado em várias situações ao longo do tempo e do espaço (HARVEY, 2014, p. 16). Como por exemplo no Brasil, a Reforma Urbanística de Pereira Passos, onde milhões foram sendo desapropriados do espaço que ocupavam há muito tempo.

Neste jogo da especulação e valorização da renda da terra, que valoriza algumas áreas centrais das cidades em detrimento de outras áreas, nega ao sujeito o direito a cidade, pois, “a qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria para os que tem dinheiro, em um mundo no qual o consumismo, o turismo, as atividades culturais, transforma em recurso a economia do espetáculo, torna-se aspectos fundamentais da economia política urbana” (HARVEY, 2014, p.46). Lefebvre (2001) complementa que, o que nega o sujeito de desfrutar da cidade é a maneira como se dá a vida urbana, devido ao fato de residirem em áreas mais afastadas da área central, e na maioria das vezes em condições precárias de infraestrutura, o que dificulta o deslocamento, o direito a cidade.

Para entender a problemática urbana e social contemporânea descrita anteriormente, precisamos debruçar sobre o conceito de Direito a Cidade. Henri Lefebvre foi o precursor da temática, inicialmente ele busca por novas ideias teóricas e práticas para compreensão e construção do viver urbano, diferente daquele imposto pelo capitalismo.

Para Lefebvre (2001), é preciso resgatar a cidade como valor de uso, oferecendo ao indivíduo seu desenvolvimento e seu sustento, ou seja, permitindo que o sujeito possa participar das possibilidades oferecidas pela cidade. Diferente daquilo que está posto, a cidade como valor de troca que significa, o valor que a cidade tem no mercado, isto é, não importa a utilidade, mas importa o preço que ela assume para o mercado, excluindo a maior parcela da população que não tem condições

financeiras de participar deste mercado. Vale ressaltar, que Lefebvre propõe que o Direito a Cidade não é apenas o direito do sujeito ao acesso aos bens produzidos pela cidade, mas a uma nova forma de participar, organizar e vivenciar a cidade. Como propõe Lefebvre (2008) no trecho abaixo.

A cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma vida virtual de predominância e de uma revalorização do uso (p. 14).

Henri Lefebvre (2008) elabora o conceito de direito à cidade, como uma resposta às transformações provocadas pelo processo de industrialização para as cidades existentes e para o surgimento de novas. Inicialmente, a indústria se estabelecia fora das áreas urbanas, buscando proximidade com a fonte de energia, meio de transporte e matéria-prima. Com o avanço do transporte e o acesso a novas fontes de energia, a indústria passou a adentrar as cidades, atraída pelos mercados já estabelecidos e pela disponibilidade de capital e mão-de-obra. Essa entrada da indústria nas cidades, não se limitou apenas a ocupar espaços existentes, mas também exigiu a produção de uma nova cidade que atendesse às suas necessidades.

A concentração das mercadorias necessárias para a produção em um único local tornou-se essencial, atraindo tanto a força de trabalho quanto outras indústrias, intensificando o processo industrial. Essa concentração não se restringiu apenas às relações de produção, mas também, afetou as relações de propriedade e trocas comerciais. Com o desenvolvimento da indústria, houve a expansão das trocas e da economia monetária, resultando na generalização do mundo das mercadorias, onde o valor de uso foi relegado a segundo plano. O próprio espaço urbano tornou-se uma mercadoria, dando origem a uma nova forma de produção da cidade. Este processo coloca-se como a negação da realidade anterior de cidade, pois para Lefebvre (2001):

a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso (p. 6).

Lefebvre (2001) descreve essas transformações como uma “implosão-explosão”. Esta expressão significa, que ocorreu o colapso da centralidade urbana, voltada apenas para reproduzir as relações de produção. Com isso, houve uma explosão do tecido urbano em direção às periferias e subúrbios, que se tornaram

espaços segregados, separados e afastados.

No entanto, os trabalhadores, expulsos da cidade para as periferias, perdem o sentido da cidade como obra criativa e coletiva. Dessa forma Lefebvre (2001) vai desenvolver os termos *habitat* e *habitar*, essencial para entender o conceito de direito à cidade. O *habitat* refere-se ao ambiente físico no qual os seres humanos vivem, incluindo tanto os aspectos naturais quanto os construídos pelo homem, isto é, o sujeito submetido à cotidianidade alienada, que substitui o *habitar*, que vai além da mera ocupação física do espaço, envolve a forma como as pessoas vivenciam, transformam e se relacionam com esse espaço, em outras palavras significa o viver plenamente no espaço. No entanto Lefebvre (2001), pontua que para alcançar o *habitar* é preciso mudar as formas de conhecer e agir sobre o espaço, a fim de construir uma nova cidade a partir da revolução política, cultural e econômica. Valorizando o *habitar* e não o *habitat* (LEFEBVRE, 2008, p. 132 e 140). Ainda na concepção do autor, essas transformações possibilitariam uma nova cidade, mas além disso, um novo homem urbano:

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao *habitat* e ao *habitar*. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade estão implicados no direito à cidade) (2008, p. 134).

Dialogando com Lefebvre (2001), David Harvey (2014) enfatiza que a concepção do que é uma cidade, está ligada ao tipo de indivíduos que queremos ser, ao estilo de vida que almejamos e aos tipos de relações sociais que buscamos. Na perspectiva de Harvey “a própria definição de ‘direito à cidade’ é objeto de uma luta, e essa luta deve ser concomitante com a luta por materializá-lo” (HARVEY, 2014, p. 20). Ainda segundo Harvey (2014), o direito a cidade é “muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora, é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos” (HARVEY, 2014, p.28). Além disso, é um direito que depende do poder coletivo sobre o processo de urbanização.

Reivindicar o direito à cidade no sentido que aqui proponho equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental (HARVEY, 2014, p.30).

Harvey defende essa tese pois, para ele, as cidades surgiram da concentração de excedente de produção e que a urbanização sempre foi um

fenômeno de classe “uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou alguém, enquanto o controle sobre seu uso costuma permanecer na mão de poucos” (HARVEY, 2014, p.30). Em outras palavras o capitalismo, em sua incessante busca por mais-valia, está constantemente gerando excedentes de produção, necessários para a urbanização. Ao mesmo tempo, o capitalismo depende da urbanização para absorver esse excedente de produção, que nunca deixa de existi. Resumindo para David Harvey (2014, p. 61), “a coisa que chamamos de cidade é o resultado de um processo que chamamos de urbanização.

Portanto, para Harvey (2014) e Lefebvre (2001), só vai ser possível reconstruir um novo tipo de cidade, a partir da criação de um vigoroso movimento anticapitalista “somente quando a política se concentrar na produção e reprodução da vida urbana como processo de trabalho será possível concretizar lutas anticapitalistas capazes de transformar radicalmente a vida cotidiana” (HARVEY, 2014, p.21). E esse movimento anticapitalista “surge basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero” (HARVEY, 2014, p. 15).

Ao garantir o direito à cidade, estamos promovendo a justiça social. David Harvey, contribui significativamente para esse conceito, quando traz em sua obra, A Justiça Social e a Cidade, que o direito à cidade pode ser uma ferramenta de implementação da justiça social, pois a cidade contemporânea é marcada pela desigualdade, sendo o processo de urbanização um dos principais motores que geram e aprofundam as injustiças existentes.

Para Harvey (1980) a justiça social, se fundamenta em uma série de fatores decorrentes da necessidade de cooperação social para o desenvolvimento de cada indivíduo. Simplificando, a justiça social refere-se à distribuição equitativa dos benefícios resultantes da cooperação social (Harvey, 1980, p.78-79). Apesar dessa realidade persistente, e necessário pensar em uma cidade que seja, como afirma Harvey (1996), “uma sociedade justa é uma sociedade ideal, com liberdade, igualdade, democracia e direitos civis para todos” inclusiva, justa e igualitária para todos.

Primeiramente, é importante ressaltar que a ideia de Lefebvre e Harvey, têm como base a necessidade de lutas sociais para promover o direito à cidade e a justiça social. Essas lutas visam transformar não apenas a estrutura social e política, mas também as relações de poder que moldam o ambiente urbano. Além disso, a

construção de uma nova sociedade urbana, não pode ser atribuída apenas a empresas ou ao Estado. De acordo com os autores, ela emerge do movimento da prática social, o que implica na participação ativa dos cidadãos nos processos decisórios que moldam o desenvolvimento da cidade.

Nesse sentido, a participação dos movimentos populares é fundamental em diversas instâncias, como na discussão e revisão do Plano Diretor, nos conselhos da cidade, nos fóruns de habitação e na elaboração do orçamento participativo. Esses espaços permitem, que a voz dos cidadãos seja ouvida, e que suas demandas sejam consideradas na formulação de políticas urbanas mais inclusivas e democráticas. Portanto, é crucial reconhecer o papel ativo dos movimentos sociais na construção de uma cidade mais justa e equitativa, onde o direito à cidade seja garantido para todos os seus habitantes.

### **3 O OBJETO DE ESTUDO: HISTÓRICO DE ORGANIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO CHICO REI**

Conforme mencionado no capítulo anterior, a questão histórica de periferização da moradia em Ouro Preto, com o esgotamento do ouro, a cidade de Ouro Preto, sofreu estagnação econômica, mas manteve sua importância ao se tornar capital da província de Minas Gerais. Com a transferência da capital para Belo Horizonte, Ouro Preto, enfrentou um declínio econômico e populacional, mas se consolidou como centro acadêmico e turístico. A falta de políticas públicas levou à ocupação das encostas, agravando a segregação socioespacial.

Atualmente, Ouro Preto possui déficit habitacional que chega a 4.615 domicílios (PLHIS OP, 2011 apud AMAZONAWS, 2016), o que, para uma cidade de apenas 74.824 pessoas (IBGE, 2022), é um valor expressivo. Essa realidade, tem relação direta com os conflitos entre a existência de terras urbanas ociosas e o déficit habitacional, como de práxis das cidades brasileiras, que por falta de políticas habitacionais inclusivas, tem causado a eclosão dos movimentos de ocupação urbana e direito à moradia e a cidade. Segundo Azevedo (2017) (Figura 2), o lema da ocupação Chico Rei em Ouro Preto é: “Terras de Ouro Preto para preservar o patrimônio cultural e natural, melhorando a vida das pessoas”.

Nesse contexto de precarização da vida na cidade de Ouro Preto, surge o movimento de ocupação urbana e direito à moradia e a cidade, Ocupação Chico Rei, a pauta principal do movimento não se restringe apenas ao acesso a uma casa, mas também a toda infraestrutura necessária e aos serviços públicos.

Figura 2 - Coordenadores do Coletivo Chico Rei posaram para foto, após usarem a palavra na Tribuna Livre da Câmara de Vereadores de Ouro Preto MG



Fonte: [https://www.facebook.com/OcupacaoChicoRei/?locale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/OcupacaoChicoRei/?locale=pt_BR)

O movimento social voltado para moradia em Ouro Preto está sendo articulado, segundo o líder da ocupação Wanderley Kuruzu apud Larissa (2018), “a mobilização pela ocupação Chico Rei começou em 2015, quando cerca de 500 pessoas entraram nas terras da NOVELIS (ex-Alcan), mineradora que atua na região, para reivindicar uma política de moradia digna para a população”. A Figura 3 representa a área ocupada. Kuruzu afirma ainda “que o motivo desta ocupação é que, o grupo ADITYA BIRLA, dona da NOVELIS e da HIDALCO, estava vendendo terras que haviam sido cedidas à empresa pela prefeitura, com a justificativa de incentivar a atividade industrial”. Poucos dias depois da ocupação, a indústria NOVELIS, entrou com o pedido na justiça de reintegração de posse, este processo foi executado em 04 de Janeiro de 2016, por meio do uso de força policial, o acampamento foi destruído. Após perderem este processo judicial, a ocupação buscou-se fortalecer.

Figura 3 - Terras da NOVELIS



Fonte: Elaborado por Ronaldo Terres Ferreira Junior, 2024.

Neste trecho surgem questões importantes a ser destacadas sobre os interesses econômicos em jogo e as políticas de desenvolvimento urbano, que frequentemente favorecem o setor privado em detrimento das necessidades habitacionais da comunidade local, evidenciando ainda como é, as relações mercadológicas entre o setor privado e o poder público.

Estamos diante da seguinte contradição de um lado uma empresa desfruta de acesso privilegiado à terra e aos recursos, e o outro luta para garantir um local adequado para viver. O fato de a NOVELIS ter entrado com um pedido de reintegração de posse e a decisão favorável do sistema judicial, demonstra a reação contra o movimento de ocupação, priorizando os interesses comerciais sobre as necessidades sociais. Portanto, enquanto as empresas têm recursos e influência para buscar seus interesses na justiça, os ocupantes enfrentam desafios significativos para fazer valer seus direitos básicos

Após perderem este processo judicial, a ocupação buscou-se fortalecer. As reuniões do movimento não cessaram (Figura 4), posteriormente em outubro de 2016, ocuparam as terras onde funcionava a Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor (FEBEM) de 1970 a 1990, na entrada da cidade. Após a extinção da FEBEM, as terras voltaram a ser propriedade do Estado de Minas Gerais, que posteriormente foram cedidas para o município de Ouro Preto, sob a condição de executar projetos para

crianças e adolescentes no local.

Figura 4 - Roda de conversa na Ocupação com líderes sindicais

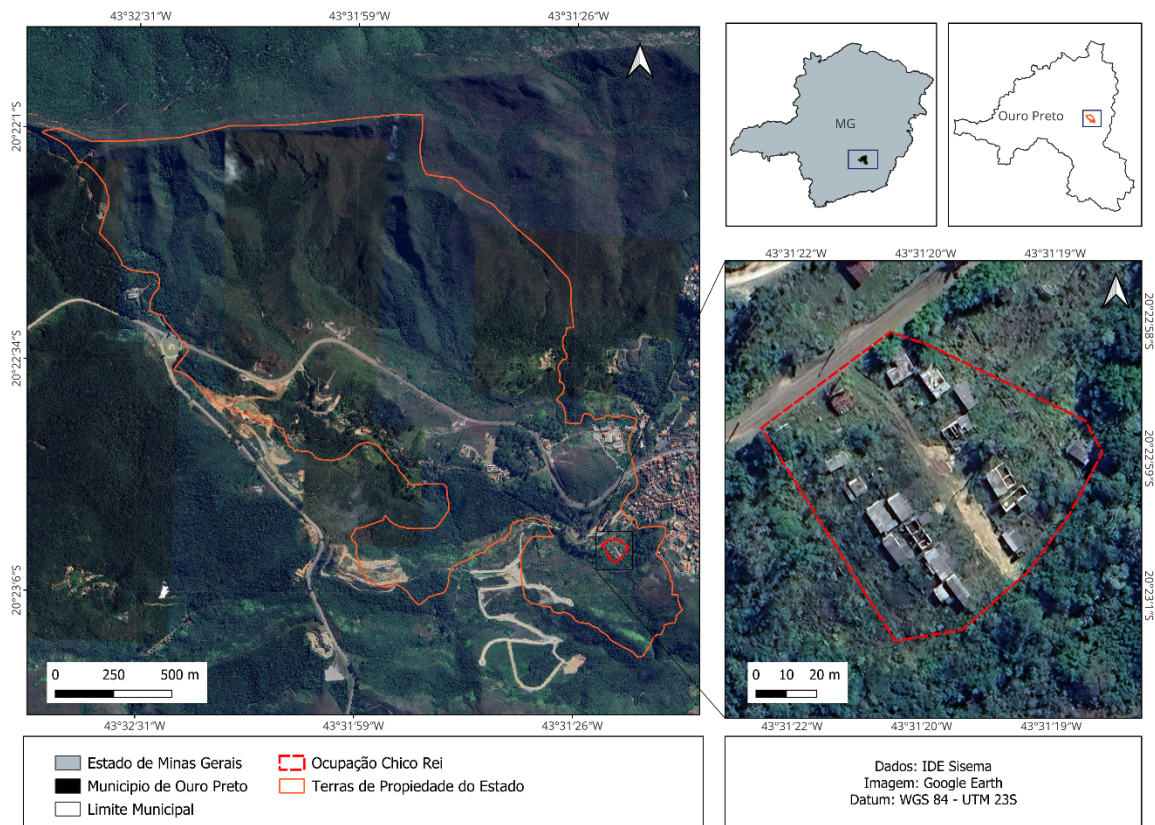


Fonte: [https://www.facebook.com/OcupacaoChicoRei/?locale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/OcupacaoChicoRei/?locale=pt_BR)

O terreno tem cerca de 517 hectares, o que equivale, aproximadamente, 517 campos de futebol, num primeiro momento foi ocupado 1,5 hectares. Até o início de 2017, “50 famílias residiam no local, no terreno, foram construídas 28 casas e 22 outras estão em construção (FNRU, 2019 *apud* Cassia, 2019). Segundo Kuruzu *apud* Larissa (2018), “a maior parte das terras foram griladas por famílias de classe média alta, que, ao longo do tempo, construíram sítios e moradias.” Como podemos observar na Figura 5, que corresponde a área de estudo, ou seja, o perímetro de terra ocupado inicialmente pela Ocupação Chico Rei.

A Figura 4, revela a persistência e a determinação da Ocupação Chico Rei, mas também evidência uma série de questões críticas relacionadas à distribuição de terras, acesso à moradia e justiça social. Destaco a citação de Kuruzu (*apud* Larissa, 2018), que evidência a desigualdade histórica na distribuição da renda da terra e dos recursos, onde grupos privilegiados monopolizam recursos em detrimento da comunidade mais pobre. A prática de grilagem, historicamente enraizada na sociedade brasileira, é uma manifestação clara da injustiça social e da exclusão enfrentada por grupos marginalizados.

Figura 5 - Delimitação de área de estudo - Ocupação Chico Rei Terras da FEBEM



Fonte: Elaborado por Ronaldo Terres Ferreira Junior, 2024.

No início de 2018, a Ocupação Chico Rei se expandiu atingindo uma área reivindicada por uma família de grileiros. Larissa (2018) afirma que essa família alegava na época “ser dona de 17 hectares dentro do terreno cedido ao Município e, por isso, solicitou na justiça a reintegração de posse. O Estado de Minas Gerais se manifestou no processo alegando que nem a ocupação, nem a família de grileiros, detinham a posse do imóvel”. Determinando a desocupação dos 17 hectares por todas as partes envolvidas. Os integrantes da ocupação Chico Rei saíram após a decisão, voltando a ocupar os três hectares.

Depois de 3 anos ocupando o local com aproximadamente 50 casas construídas entre alvenaria, barracos de madeirite e casas de pau-a-pique (Figuras 6, 7 e 8), dia 12 de março de 2019, foi executada a ação civil pública a pedido da prefeitura, ou seja, a reintegração de posse, contrariando todo o diálogo existente com a ocupação. Alegando que a ocupação estaria desmatando a área e construindo em lugares proibidos. Conforme relatório de serviço, do Departamento de Fiscalização e Posturas da PMOP, referentes as vistorias realizadas nos dias 14, 20 e 22/01/2018 (ANEXO A).

Figura 6 - Ocupação Chico Rei recebe reitora da UFOP para aula inaugural - Casa de pau-a-pique ao fundo.



Fonte: [https://www.facebook.com/OcupacaoChicoRei/?locale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/OcupacaoChicoRei/?locale=pt_BR)

Figura 7 - Mais de 30 famílias ocuparam mais um pedaço das terras griladas na região da antiga - Casa de madeirite ao fundo.



Fonte: [https://www.facebook.com/OcupacaoChicoRei/?locale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/OcupacaoChicoRei/?locale=pt_BR)

Figura 8 - Famílias de baixa renda e trabalhadores foram expulsos das terras da antiga FEBEM - Casa de alvenaria ao fundo



Fonte: [https://www.facebook.com/OcupacaoChicoRei/?locale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/OcupacaoChicoRei/?locale=pt_BR)

Para Giovana Galvão *apud* Larissa (2018), “engraçado é que tanto no parecer do Ministério Público quanto na Ação Civil Pública eles mencionam pouquíssimo os invasores, no caso os grileiros. A maior parte dos documentos só citam a ocupação. Há um recorte de classe muito específico. Isso fica ainda mais evidente quando a luz foi cortada apenas na pequena parte onde fica a ocupação e as ameaças policiais também foram intensificadas apenas nessa parte da área”, ressalta Giovana Galvão advogada da ocupação.

Os ocupantes saíram pacificamente devido a presença de forte aparato policial no local (Figuras 9, 10 e 11). Segundo Cunha (2019), na ação o prefeito Júlio Pimenta (PMDB) requereu, inclusive, a demolição das casas. Vale a pena ressaltar, que “o mesmo prefeito que, na época da campanha eleitoral havia apoiado o movimento” (CUNHA, 2019, p. 27).

Figura 9 - Ação policial da reintegração de posse



Fonte: [https://www.facebook.com/OcupacaoChicoRei/?locale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/OcupacaoChicoRei/?locale=pt_BR)

Figura 10 - Caminhão de mudança enviado pela prefeitura durante a reintegração de posse



Fonte: [https://www.facebook.com/OcupacaoChicoRei/?locale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/OcupacaoChicoRei/?locale=pt_BR)

Figura 11 - Saída pacífica da ocupação na ação policial da reintegração de posse da FEBEM



Fonte: [https://www.facebook.com/OcupacaoChicoRei/?locale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/OcupacaoChicoRei/?locale=pt_BR)

Neste processo de reintegração de posse, destaco nas figuras apresentadas anteriormente a complexidade nas relações entre os ocupantes, o poder público e os interesses privados. A observação feita por Giovana Galvão, advogada da ocupação, sobre o recorte da diferença de tratamento de classe na ação policial, ou seja, a disparidade no tratamento dado aos ocupantes em comparação com os grileiros, onde houve ameaça policial e retirada apenas da área ocupada pela Ocupação Chico Rei, evidenciam a injustiça sistêmica, que favorece os interesses de uma classe, sobre os direitos dos mais vulneráveis.

Em vez da segurança pública garantir a segurança e os direitos dos mais vulneráveis, o sistema muitas vezes perpetua desigualdade e injustiça, favorecendo os interesses daqueles que detêm poder econômico e político. Além disso, a decisão de reintegração de posse e a demolição das casas construídas pelos ocupantes solicitada pela prefeitura, revela a negligência do poder público com a população em situação de vulnerabilidade, quando não é levado em consideração as condições socioeconômicas dos integrantes da ocupação na retirada, inerente a ausência de alternativas habitacionais.

Em relação a demolição das casas construídas pelos ocupantes, a juíza foi contra a solicitação do prefeito, tendo em vista que a decisão pode ser revertida, determinando ainda que após a desocupação a prefeitura:

realize o cadastro de todos os ocupantes efetivos na área em questão, inserindo os comprovada e efetivamente vulneráveis em programas sociais pertinentes, especialmente em programas de auxílio-moradia e/ou programas habitacionais, devendo, de imediato, encaminhar as famílias beneficiárias aos aludidos programas, providenciando as medidas necessárias para que elas passem a residir em local apropriado tão logo desocupem o imóvel objeto da lide, sob pena de inviabilizada a desocupação do imóvel (CUNHA 2019, p. 27).

Os integrantes da ocupação começaram a ser cadastrados no programa de auxílio moradia/aluguel social de Ouro Preto. Porém, segundo reportagem de Nívia Machado - Especial para o EM 05/05/2022 20:50, o valor do bolsa moradia de 500 reais na época, não cobre o preço do aluguel.

Figura 12 - Reportagem que retrata que o valor do bolsa moradia não cobre o preço do aluguel

MINAS GERAIS

## Ouro Preto: desabrigados pedem soluções na habitação e aumento de auxílio

As chuvas de janeiro passaram e os problemas de habitação ainda persistem na cidade histórica, como o valor do Bolsa Moradia que não cobre o preço do aluguel

NM Nívia Machado - Especial para o EM  
05/05/2022 20:50 - atualizado 05/05/2022 20:49

COMPARTILHE f t w Siga no Google News

**MAIS LIDAS**

- 13:19 - 03/07/2023 - Compartilhe f t  
[Motorista mata mulher que passeava com cachorro, foge e é detido](#)
- 12:02 - 03/07/2023 - Compartilhe f t  
[Funcionário de UPA invade celular e chantageia cunhadas com fotos íntimas](#)
- 07:55 - 03/07/2023 - Compartilhe f t  
[BH tem o dia mais frio do ano](#)
- 16:56 - 03/07/2023 - Compartilhe f t  
[Idoso presenteia gerente de banco com galinha por bom atendimento em Minas](#)
- 04:00 - 03/07/2023 - Compartilhe f t  
[Esgoto, lixo e até carcaças de carros: o que polui a água que beberemos](#)

Fonte: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/05/05/interna\\_gerais,1364568/ouro-preto-desabrigados-pedem-solucoes-na-habitacao-e-aumento-de-auxilio.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/05/05/interna_gerais,1364568/ouro-preto-desabrigados-pedem-solucoes-na-habitacao-e-aumento-de-auxilio.shtml).

Pelas movimentações e manifestações dos membros da ocupação nas redes sociais, reuniões da câmara e do plano diretor, apesar das desocupações, a mobilização em prol de terras dignas para o povo vai continuar, além da esperança

de poder retornar as terras da FEBEM.

Essa reportagem revela a situação preocupante enfrentada pelos integrantes da ocupação em Ouro Preto. Por um lado, o fato de eles estarem sendo cadastrados no programa de auxílio moradia/aluguel social, indica o reconhecimento por parte das autoridades locais da necessidade de assistência habitacional para essa população vulnerável. No entanto, a reportagem aponta que o valor do bolsa moradia não é suficiente para cobrir o custo do aluguel na região.

Essa discrepância entre o valor do auxílio oferecido e o preço do aluguel, coloca os beneficiários em situação precária, pois eles podem enfrentar dificuldades financeiras para encontrar moradias acessíveis, que se encaixem dentro do orçamento fornecido pelo programa de bolsa moradia. Isso coloca em evidência a inadequação das políticas habitacionais atuais, em atender às necessidades reais das pessoas em situação de vulnerabilidade.

Além disso, a questão levantada pela reportagem, destaca a importância de avaliar criticamente os programas de assistência habitacional, garantindo que eles sejam adequados e eficazes na mitigação da crise habitacional. É essencial que esses programas considerem, não apenas o valor fornecido, mas também as condições do mercado imobiliário local e as necessidades específicas dos beneficiários.

Em suma, esse cenário revela a urgência de uma abordagem mais abrangente e sensível às questões habitacionais, que leve em consideração não apenas a disponibilidade de recursos financeiros, mas também as condições reais enfrentadas pelas pessoas em busca de moradia digna. Isso requer uma análise cuidadosa das políticas existentes e um compromisso renovado com a implementação de soluções, que abordem efetivamente as causas da crise habitacional ouro-pretana.

#### **4 OS OBSTÁCULOS NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À MORADIA ADEQUADA E DO DIREITO À CIDADE EM OURO PRETO: RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA**

O mercado capitalista é um mecanismo que não só mantém as desigualdades, como as aprofunda. O capitalismo organiza não somente a economia, mas as relações sociais, políticas e espaciais. Além disso o sistema capitalista reproduz a lógica mercadológica na produção do espaço, ou seja, guia e condiciona as ações dos agentes produtores do espaço urbano. Conforme Corrêa (2005, p. 39) “o espaço urbano caracteriza-se, em qualquer tipo de sociedade, por ser fragmentado, isto é, constituído por áreas distintas entre si, no que diz respeito a gênese e dinâmica, conteúdo econômico e social, paisagem e arranjo espacial de suas formas”. Desse modo, enquanto o espaço urbano se apresenta como espaço fragmentado ele é articulado na sua primeira apreensão, sendo composto por diferentes usos do solo por distintos atores sociais.

Neste sentido podemos compreender o espaço geográfico a partir das disputas e relações de poder, enquanto alguns agentes se territorializam por necessidade, outros territorializam pela lógica da mercadoria, sendo assim, usam para obter lucro. A classe trabalhadora inicialmente quer a cidade como valor de uso, isto é, quer moradia e acesso aos serviços públicos de qualidade. Enquanto a outra face da lógica capitalista, ganham com a produção e exploração do espaço urbano, quer dizer, agem em função do valor de troca. Neste sentido, Harvey esclarece a relação do valor de uso e valor de troca, que coloca a terra como uma mercadoria ou a habitação disponível para aqueles que possam pagar.

O valor de troca é estabelecido pelos custos reais de produção mais lucro, juros sobre empréstimos e aluguel capitalizado (preço da terra). O objetivo do produtor é obter valor de troca, não valor de uso. A criação de valor de uso para outras pessoas é um meio de atingir esse fim. No entanto, a qualidade especulativa da atividade significa que o que importa é o valor de troca potencial. O valor de troca assume o comando da produção habitacional (2016, p. 29).

Portanto, a uma disputa de poder entre os agentes produtores do espaço e aqueles poderes que atuam na cidade. É importante entender a atuação dos agentes produtores do espaço, por que são eles os responsáveis pelas formas de apropriação, uso e formas de valorização do espaço. Os agentes sociais criam e recriam a cidade, pautada nos interesses de cada grupo.

Para o capital a cidade é mercadoria, ou seja, não existe um trecho ou

terreno igual ao outro, o que torna alguns terrenos uma mercadoria especial que tem como atributo captar grandes lucros. Segundo Villaça, o primeiro produto da habitação é a localização e infraestrutura.

O primeiro é o dos produtos em si – os edifícios, as ruas, as praças, as infraestruturas. O outro é o valor produzido pela aglomeração. Esse valor é dado pela localização dos edifícios, ruas e praças, pois é essa localização que os insere na aglomeração. A localização se apresenta assim como um valor de uso da terra dos lotes, das ruas, das praças, das praias valor que, no mercado, se traduz em preço da terra (2017, p. 72).

A mercantilização da moradia afetou profundamente o exercício do direito a moradia adequada. Assim, as políticas públicas abandonaram a ideia de que, a habitação é um bem social e não uma mercadoria extremamente cara. Entretanto, estamos diante da seguinte problemática, as camadas mais favorecidas da população de Ouro Preto MG, se concentram em uma parte da cidade composta por melhores condições de acessibilidade e de diversos setores de serviços. Por outro lado, restou a população mais pobre ocupar os setores urbanos mais mal localizados. O capital privado da terra e a localização particularmente limita o acesso amplo a habitação, ou seja, a habitação se torna uma mercadoria de luxo, um bem exclusivo de uma classe, como pontua Harvey.

A provisão de valores de uso das habitações no sentido convencional de consumo para a massa da população tem sido cada vez mais refém dessa concepção arraigada do valor de troca. As consequências para a provisão de moradia adequada, e a preço acessível para um segmento cada vez maior da população, têm sido desastrosas (2016, p. 33).

A inexistência de planejamento urbanístico de Ouro Preto e a omissão do poder público em regular o valor do solo, contribuiu para especulação imobiliária, aumentando os preços dos imóveis e conseqüentemente impossibilitando o acesso ao solo urbano às classes menos favorecidas. Desse modo, este mercado exclui mais da metade da população de Ouro Preto, aumentando a segregação socioespacial, por meio de preços desproporcionais a realidade salarial de grande parte desta população, especialmente a mais pobre. Com isso, a um aumento do déficit habitacional, que corresponde não somente à ausência da habitação, mas também a precariedade das habitações existentes.

Esse déficit habitacional, tem causado a eclosão dos movimentos de ocupação urbana e direito à moradia e a cidade, por exemplo a Ocupação Chico Rei. Para a coleta de dados, foi realizada uma série de entrevistas qualitativas com

lideranças locais e figuras-chave que participam da Ocupação Chico Rei. As entrevistas foram conduzidas de forma oral, com uma duração média de 30 minutos. O Quadro 1 apresenta um resumo das entrevistas realizadas:

Quadro 1 - Relação das pessoas entrevistadas

<b>Relação das entrevistas realizadas durante o trabalho de conclusão de curso de Ronaldo Terres Ferreira Junior – 11/2023</b>				
<b>Nome</b>	<b>Faixa etária aproximada</b>	<b>Tipo de Entrevista/ Duração</b>	<b>Data da Entrevista</b>	<b>Cargo na Ocupação</b>
<b>Natália Alves</b>	30-40	Oral - 30min	nov/23	Liderança
<b>Raquel Juliana</b>	30-45	Oral - 25min	nov/23	Liderança
<b>Ronaldo Tomaz</b>	40-55	Oral - 30min	nov/23	Liderança
<b>Wanderley Kuruzu</b>	35-45	Oral - 31min	nov/23	Vereador/ Liderança
<b>Pedro Moreira</b>	35-45	Oral - 36min	nov/23	Superintendente de Habitação

Fonte: Elaborado por Ronaldo Terres Ferreira Junior, 2024.

Diante do exposto, quando perguntado aos membros da Ocupação, qual a principal motivação na criação do movimento, houve similaridade na resposta, ambos disseram:

A principal motivação é a questão do grande déficit habitacional em Ouro Preto, são 278 famílias que estão no aluguel social. Fora as mais de 5 mil famílias que pagam o aluguel hoje, absurdamente. Você não acha casa comum de 700 reais, que dê para você morar mais ou menos, essa foi a primeira motivação. Outra coisa as pessoas em Ouro Preto têm a cultura de acreditar que os pobres só podem construir nas encostas que não tem terra segura e boa para construir, só que sempre foi uma grande mentira que foi implantada durante anos na cabeça das pessoas (Natalia da Castro e Raquel Juliana, entrevista cedida ao autor em 24/11/2023 e 30/11/2023, [adaptação nossa]).

Vale lembrar que o direito à cidade não é o simples direito ao que já existe na cidade, mas é o direito de transformar a cidade em algo diferente de fato, segundo Harvey.

O direito à cidade é muito mais do que a liberdade individual para acessar os recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade.

Aliás, com frequência, não se trata de um direito individual uma vez que esta transformação depende, inevitavelmente, do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de criar e recriar nossas cidades e a nós mesmos é, eu quero argumentar, um dos mais preciosos e dos mais negligenciados dos nossos direitos (2014, p. 28).

David Harvey (2014, p. 293) expõe, “nessa luta pelo direito à cidade, haverá também uma luta contra o capital assim como a luta pelo direito à moradia”. A ocupação das encostas, apresentam riscos visíveis a população ouropretana, essa ocupação foi e é incentivada pelo poder público, visto que é aceito com naturalidade a ocupação dessas áreas pela população pobre, mas quando essa mesma população ocupa áreas valorizadas da cidade, não é visto com a mesma naturalidade pela gestão pública. Pelo contrário, partes destas terras são transferidas para o capital privado, foi o caso das terras da antiga NOVELIS, primeiro alvo da Ocupação Chico Rei, percebemos isso, neste trecho da entrevista com o vereador Kuruzu, membro e líder da Ocupação:

A Prefeitura nunca fez nada nunca tomou uma iniciativa sequer, para tentar reaver essas terras que eram terras da Prefeitura que foram cedidas por René Janete, que criou a ELQUÍS, a ELETROQUÍMICA SA, em 1933, 1934. Depois do René Janete, essas terras passaram para ALCAM e a ALCAM depois vendeu pros indianos para NOVELIS, que era do grupo ADITYA BIRRO, Noveles e Hidalgo em 2010. E a Prefeitura nunca moveu uma palha, para tentar reaver essas terras ou parte delas. A própria ALCAM fez urbanização irregular naquela região toda da Bauxita. Irregular porquê? Porque não passou pela prefeitura, ela não observou várias coisas, várias questões de urbanismo. A NOVELIS estava parcelando o solo em 20 e tantas glebas para vender, a HEXÁGONO já tinha anunciado que ia comprar (Kuruzu, entrevista cedida ao autor em 28/11/2023).

Além do mais, as áreas mais valorizadas da cidade são cedidas as empresas por um valor de mercado bem baixo, como descrito por Natalia:

As áreas boas da cidade o povo que tem grana vai lá e ocupa, eu fiquei sabendo não sei se é verdade, mas dizem que tem no processo que a empresa estava vendendo um metro quadrado a 25 centavos. Enquanto para gente seria 10 mil reais no mínimo, aí você vê como que é sacanagem (Natalia da Castro, entrevista cedida ao autor em 24/11/2023).

Quando resgatamos o histórico de ocupação das terras da FEBEM pela Ocupação Chico Rei, observamos que o poder público municipal foi fundamental na decisão de retirada truculenta da ocupação das referidas terras, segundo descreve Kuruzu:

A guarda municipal mais a polícia militar sob o comando do prefeito, foi lá para nos retirar, com sei lá 15, 20 viaturas para tirar umas 20, 30 pessoas que estavam ali apenas como uma forma de resistência e de denúncia, porque houve agressão física por parte do sujeito que era chefe de

fiscalização que nos agrediu com pauladas. Isso foi em 2016 então quer dizer, o prefeito nunca viu com bons olhos, o poder público nunca viu com bons olhos (Kuruzu, entrevista cedida ao autor em 28/11/2023).

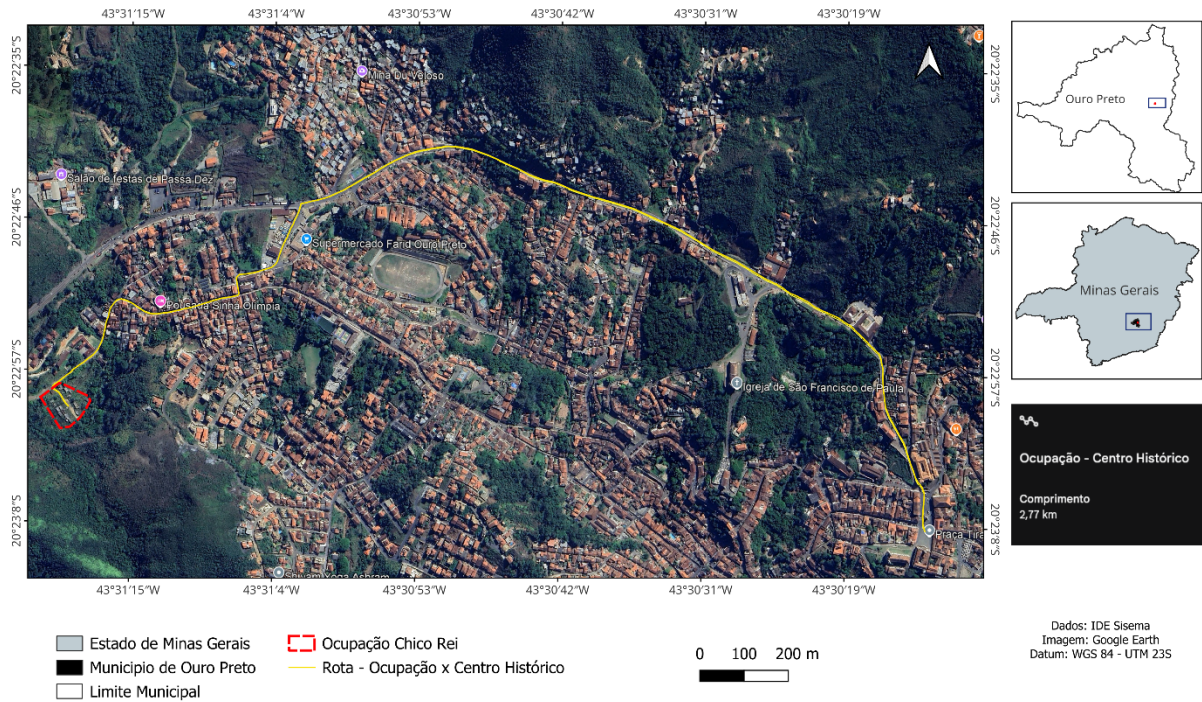
O poder público não sabe tratar dos problemas relacionados a moradia, pela falta de políticas públicas efetivas, assim parte da população foi excluída do direito à moradia segura e legal, e conseqüentemente a população pobre ouropretana vive em assentamentos precários. Vale destacar, que no contexto de reintegração de posse das terras da FEBEM, quem tinha melhores condições financeiras permaneceram nas terras, como aponta Natalia e Ronaldo na entrevista:

A ocupação Chico Rei entrou nas terras e foi na veia artéria das terras, assim ela atingiu todo mundo de ponto a ponto, quase todas foram retiradas entre aspas, que os melhorzinhos de ricos que tiveram apoio do prefeito não foram retirados na época. O pessoal que grilou as terras anteriormente está lá em algumas áreas e até hoje não foram retirados, deve ter umas 20 famílias nas terras da FEBEM com sítios. Portanto se você tem dinheiro, você paga e compra. Agora quem não tem, se ferra. (Natalia da Castro e Ronaldo Martins, entrevista cedida ao autor em 24/11/2023 e 28/11/2023, [adaptação nossa]).

O processo de especulação imobiliária pode ocorrer de diversas maneiras, sendo a principal delas a reserva de lotes vazios em áreas bem localizadas, especialmente próximas a setores de serviços. À medida que essas áreas se desenvolvem, esses lotes tendem a se valorizar automaticamente. Isso é evidente na cidade de Ouro Preto, onde há uma grande demanda por espaços bem localizados, afastados das áreas de risco.

A área da FEBEM é um bom exemplo desse processo citado anteriormente, isto é, a área é extremamente valorizada pela sua topografia, por estar perto dos setores de serviço e na entrada da cidade, à 2,77 km do Centro Histórico, como representado na Figura 13.

Figura 13 – Localização da área de estudo, em perspectiva ao Centro Histórico de Ouro Preto (MG)



Fonte: Elaborado por Ronaldo Terres Ferreira Junior (2024).

Neste sentido, como exemplo, podemos citar a propaganda do Residencial Quintal Da Villa, que está em fase de construção e próximo da área da FEBEM, representado na Figura 14. As Figuras 15 e 16 representam os setores de serviços presentes na localidade estudada neste trabalho, destacando, a proximidade da área do condomínio com a área da ocupação.

Figura 14 – Peça promocional que demonstra os serviços de infraestrutura que o residencial Quintal Da Villa vai oferecer



Fonte: Quinta da Villa. Disponível em: <<https://quintadavilla.com.br/>>. Acesso em: 28 dez. 2023.

Figura 15 - Representa a oferta de setores de serviço na área estudada



Fonte: Elaborado por Ronaldo Terres Ferreira Junior (2024).

Figura 16 - Proximidade do residencial Quinta da Villa com a área da FEBEM



Fonte: Elaborado por Ronaldo Terres Ferreira Junior (2024).

Esse processo de especulação imobiliária, tende a jogar a sociedade mais pobre para as margens da cidade, tornando a função da terra como uma mercadoria para fins de lucro. Esta dinâmica causa a segregação socioespacial. Faz 5 anos que a Ocupação Chico Rei ocupou as terras da FEBEM, foram retirados brutalmente em 2018 e até hoje nada foi feito. Quando perguntado para o superintendente de habitação, se atualmente existe algum plano ou proposta em percurso para reintegração de posse a favor da Ocupação Chico Rei. Ficou claro em sua resposta, que é um processo burocrático e delicado, que está longe de ter um fim a favor da ocupação, pois é uma área valorizada que envolve diversos interesses, como afirma o superintendente de habitação:

A FEBEM é um processo bem complexo. A terra é muito grande que está em posse do município até 2033. Então, ela é propriedade do Estado e posse do município. Por ter a posse, o município lá atrás, fez um processo de reintegração de posse que foi ganho, mas que foi executado só contra o povo pobre da ocupação. Depois foi feito um acordo na Câmara Estadual, era tipo um grupo de mediação de conflitos que começou no governo Pimentel e foi feito um acordo que a ocupação sairia da parte alta, ficaria só naquela parte baixa e etc. Isso tudo dentro de um processo de reintegração de posse e mediação de conflitos, foi formalizado isso. Eu cheguei e já estava nesse ponto, só que eles já tinham executado mais uma vez a reintegração de posse na parte baixa, mesmo com um acordo. A gente depois de entender, foi conversar no Governo do Estado que tem uma posição de querer doar essa terra toda para o município, mas tem interesse de alguns órgãos de segurança, aí foi o primeiro embolho. Passamos seis meses, mais um ano, negociando com a Polícia Militar, sobretudo, para chegar a um acordo. Hoje

existe um acordo de qual terra ficaria com quem. A área onde está Ocupação Chico Rei, vai ficar com a Polícia [onde é o batalhão]. Nesse sentido a gente está no seguinte embrolho, como que a gente vai fazer esse processo de doação, sendo que vai ter esses conflitos e tem esses interesses. Além disso, outro problema é que, como a parte alta tem um conflito, porque o Carlos Quines, é um cara que fala que tem mais de 100 hectares na parte alta, ele não foi citado no primeiro processo de desapropriação e aí, ele fala que o Estado -Município não tem o direito da reintegração de posse dele, porque ele não foi citado (Pedro Moreira, entrevista cedida ao autor em 29/11/2023, [adaptação nossa]).

Quando perguntado na entrevista para os integrantes da Ocupação porque não houve a reintegração de posse a favor da ocupação. A respostas foram semelhantes, primeiro por falta de vontade política, principalmente da gestão anterior a essa. E segundo porque existe forças financeiras maiores envolvidas neste processo, como relata Natalia e Raquel:

Por falta de vontade no governo. O governo anterior estava bem resistente e a gente era oposição, então nos batíamos um pouco, eles não faziam o que a gente queria. A briga é de cachorro grande mesmo. Então essa mesma gestão que tá hoje, eu fiquei sabendo na época que esse prefeito tinha conversado com o governador de Minas porque o negócio foi escalonando e a gente foi em mesa de diálogo várias vezes na Assembleia Legislativa, dizem que esse mesmo prefeito de hoje, ele havia falado com o governador, que não era para liberar as terras junto com o prefeito da gestão anterior que era o Júlio Pimenta, que pediu para nos tirar da terra da FEBEM o mais rápido possível. Aquele que falei que ficamos sabendo que na época ele tinha falado com o governador de Minas para não doar as terras para Ocupação, hoje em dia, ele tá mais maleável e está fazendo de tudo que pode para ajudar a Ocupação (Natalia da Castro e Raquel Juliana, entrevista cedida ao autor em 24/11/2023 e 30/11/2023, [adaptação nossa]).

Percebemos então, que o acesso à terra mais bem localizada, promovida de serviços urbanos e infraestrutura, é o primeiro obstáculo na realização do direito a moradia digna para classe mais pobre. O poder municipal tem uma gama de ferramentas que poderia reverter esse processo acentuado de segregação socioespacial, mas infelizmente acontece efeito contrário, as decisões são diferentes quando essas áreas valorizadas são ocupadas pelas camadas mais pobres, isso perceptível na resposta Natalia, Raquel e Ronaldo, quando perguntado porque a ocupação escolheu as terras da FEBEM e qual foi a principal motivação da retirada do local?

Então no caso o fato da gente ter escolhido as terras da FEBEM é porque é um local seguro é bom na entrada da cidade. a terra da FEBEM, que é do Estado e estava sendo grilada pelas mãos dos grandes poderosos da cidade, tem pessoas cercando lá 10 mil metros, 2 mil metros, 5 mil metros de sítios. É por isso que a indignação foi grande, que quando o pobre foi lá cercar e foi tudo organizado, pode ir lá para ver, são 10 de frente e 15 de fundo, tudo

organizadinho. Quando o pobre foi lá cercar 150 metros eles tiraram por quê? Porque são terras firmes, terra boa em boa localidade. E porque eles não aceitam nos lá? Porque eles não aceitam pobre perto dos ricos, isso é uma indignação. A terra é ótima e tem muita gente que tem grana, tipo o pessoal dos condomínios, são dois condomínios que fizeram lá. Um faz parte do terreno da FEBEM, o outro não, ou seja, um é, o outro não. A motivação é essa, tipo vai querer pobre do lado de condomínio de luxo? Não. (Natalia da Castro, Raquel Juliana e Ronaldo Martins entrevista cedida ao autor em 24/11/2023, 28/11/2023 e 30/11/2023).

Nos últimos anos pouco foi feito em relação ao planejamento urbanístico na cidade de Ouro Preto, foi criado recentemente em 04 de janeiro de 2022 a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano. Deu-se início ao processo de revisão do Plano Diretor, que estava atrasado desde 2011. Nesta revisão que está acontecendo no ano de 2023, houve avanços significativos comparando com as revisões anteriores, vale ressaltar que ninguém está inventando nada, a lei manda que tem de ser com participação popular, mas está muito longe de ser aquilo que a gente acha e entende que precisa ser, afirma Kuruzu quando perguntado sobre plano diretor:

As oficinas são muito corridas, ontem por exemplo nós tivemos uma oficina [27/11/2013], que teria que ser pelo menos um dia inteiro e foi feita em duas horas, das seis da tarde às oito da noite. A oficina começou às seis e meia até às nove imagina, vieram umas vinte pessoas de Cachoeira do Campo, fora as pessoas que mora aqui em Ouro Preto, há vezes a pessoa trabalhou o dia inteiro e aí depois tem que voltar, chegar em casa tarde e trabalhar no outro dia. Neste sentido como que o povo fala sobre habitação, para ajudar a identificar quais os terrenos que são do ponto de vista do povo bons para moradia em Ouro Preto ou para falar sobre saneamento básico, regularização fundiária, em duas horas não tem menor condições, teria que ser pelo menos um dia a dois dias desta atividade de ontem que foi boa e o povo lotou. Agora eu não posso negar que está sendo como nunca foi antes, tem um caso do plano de conservação, desenvolvimento e valorização de Ouro Preto e Mariana que foi feito em 1974 entre 1973 e 1975 pela Fundação João Pinheiro, chegou a ter mais de 100 profissionais contratados, a participação popular era inexistente, nem o prefeito ia nem os secretários iam só mesmo os técnicos. Esse foi vamos dizer o grande primeiro plano diretor de Ouro Preto e Mariana, só que mais voltado para Ouro Preto (Kuruzu, entrevista cedida ao autor em 28/11/2023, [adaptação nossa]).

Portanto, segundo o superintendente de habitação Pedro Moreira o orçamento do próximo ano é de 41 milhões para Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, mas vale lembrar, que esse orçamento ainda está no campo da promessa, pois, precisa ser votado pela CMOP. Em relação as terras da FEBEM, nada foi feito apenas promessas.

É evidente que ao analisar as respostas concedidas nas entrevistas, á um sentimento de cooperação e diálogo por parte do superintende de habitação Pedro

Moreira com a Ocupação Chico Rei, mas isso não significa que essa relação se estende a todas secretarias e a todas pessoas ligadas a prefeitura, vale a pena destacar a resposta concebida pelo vereador Kuruzu:

O superintendente de Habitação o Pedro, é uma indicação do partido ao qual eu sou filiado também com respaldo do movimento de luta por moradia. Então é uma relação que embora mantenhamos a autonomia, mas é uma relação bem melhor. Agora o governo é uma disputa interna, tem setores do governo que são contrários a nós, ou seja, é uma disputa interna. Tem os interesses do capital que estão representados no governo, da especulação imobiliária, dos condomínios luxuosos, como esse escandaloso na entrada da cidade (Kuruzu, entrevista cedida ao autor em 28/11/2023).

Desta forma a semelhança na resposta quando perguntado ao superintendente de habitação Pedro Moreira, como vem sendo a relação com Ocupação Chico Rei.

Eu acho que tem duas ordens de relação. Existe uma ordem que é formal, institucional, que é de reconhecimento e legitimação da luta por moradia como instrumento central da disputa da cidade. Existe uma outra relação, que aí é mais da luta política e simbólica. Eu venho de um lugar de movimento social, conheço a Ocupação Chico Rei desde 2010 e 2011, em que eu trabalhava com direitos humanos. Pode ter essas duas relações. Agora, isso é uma coisa mais minha do que da equipe toda, do que da prefeitura e tal. Nesse momento, como eu estou organizando a política, ajuda muito mais não quer dizer que todas as pessoas têm esse mesmo grau de relação (Pedro Moreira, entrevista cedida ao autor em 29/11/2023)].

Contudo, nesta pesquisa foi possível apontar que o direito a cidade é negado as camadas que são colocadas à margem da sociedade ouropretana, e na maioria das vezes a luta pelo direito a moradia digna através das ocupações, é criminalizada pelo poder executivo municipal, pois a resposta é por meio de força policial. E ainda podemos apontar, que houve influência da localização da área urbana envolvida e dos agentes produtores do espaço urbano na retirada da ocupação da FEBEM, sobretudo do poder executivo municipal (Estado), pois foi o responsável pelo pedido de reintegração de posse e porque teve oportunidade de receber as terras mediante a doação pelo Estado de Minas Gerais, mas não houve qualquer interesse.

Vale ressaltar, que durante a pesquisa observamos que o tratamento foi diferente a depender do agente, ou seja, esta opressão não afeta todos da mesma forma, principalmente a classe mais pobre. É ainda com o alto preço da terra e conseqüentemente, a baixa capacidade das camadas mais pobres de adquirir a posse da terra e a inexistência de qualquer política pública habitacional por parte do poder

executivo municipal, amplia o processo desigual de acesso a terra e a habitação, aumentando a pobreza e a segregação socioespacial. O Estado pode ser usado para redistribuir e torna acessível a habitação, ou pode aprofundar as desigualdades em favor da lucratividade da iniciativa privada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto do espaço urbano ouro-pretano, a pesquisa revelou que a apropriação e o uso do solo seguem a lógica do sistema capitalista, que estrutura o mercado por meio de mecanismos de valorização da terra. A atuação dos agentes sociais na área de estudo: Estado, agentes sociais excluídos, proprietários fundiários e promotores imobiliários, está condicionada à necessidade que cada um tem de buscar seus interesses no ambiente urbano.

As análises obtidas nesta pesquisa nos levam a algumas considerações. Em primeiro lugar, o grande déficit habitacional tem desencadeado movimentos de ocupação em áreas que estão sem utilização, ou seja, que não cumpre sua função social. Nesse sentido, quando os agentes sociais excluídos ocupam áreas valorizadas da cidade, são frequentemente removidos de forma violenta pela força policial, permanecendo apenas aqueles que têm condições de pagar pela terra. Esse cenário se configura como um caminho propício para que os atores sociais dominantes garantam a manutenção de uma estrutura de poder hegemônica no espaço urbano.

Dessa forma, os grupos sociais excluídos, historicamente são impedidos de acessar a habitação, devido à falta de recursos e aos altos valores do solo urbano em comparação com sua realidade financeira, e com isso acabam ocupando espaços desvalorizados pelo mercado e áreas de encostas, onde as condições para a construção de moradia segura não existe. Assim, a população com menor poder aquisitivo disputa a cidade por meio das ocupações. Entretanto, a luta por moradia digna e pelo direito à cidade se revela como uma ferramenta importante na disputa do espaço urbano.

No que diz respeito às ações governamentais em Ouro Preto, observa-se a falta de políticas públicas de habitação de interesse comum, já que a secretaria de habitação foi criada recentemente. O Plano Diretor, que deveria nortear políticas de interesse social e regular o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, foi criado em 1996 e revisado em 2006 e 2011, mas, na maioria dessas revisões, não houve participação popular. Apenas na revisão que está ocorrendo atualmente, motivada pelo clamor dos movimentos de luta pelo direito à moradia, houve abertura para uma maior participação popular.

No caso de Ouro Preto, é fundamental analisar as transformações e a realidade socioespacial da cidade nas últimas décadas, considerando suas ambiguidades, contrastes e as formas de uso e parcelamento do solo, que continua

aprofundando a segregação socioespacial. Esperamos que este estudo contribua para a discussão sobre os movimentos sociais na Geografia, reconhecendo e valorizando os movimentos de luta por moradia em Ouro Preto. Acreditamos que demos um passo importante ao analisar as contradições relacionadas à questão da moradia. Entretanto, não pretendemos encerrar as reflexões iniciadas neste trabalho, mas esperamos que elas possam servir tanto para a ampliação do conhecimento quanto para ações práticas que defendam a moradia como um direito constitucional e social.

## REFERÊNCIAS

- ÁLVARES, P. M. F.; SOUZA, H. A. A legislação urbana e sua relação com a proteção do patrimônio cultural: o caso de Ouro Preto, MG. *arq.urb*, n. 16, p. 60–76, 2016.
- ARRAIS, T. A. Nas trilhas de Paris, David Harvey e a capital da modernidade. *Confins*, n. 27, 14 jul. 2016.
- AZEVEDO, A. Ocupação Chico Rei completa 7 meses de resistência em Ouro Preto (MG). Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/%E2%80%8Bocupacao-chico-rei-completa-7-meses-de-resistencia-em-ouro-preto-mg/>>.
- CALIL, M. R. Expansão urbana em Ouro Preto – MG: o risco de ocupar encostas mineradas. [www.locus.ufv.br](http://www.locus.ufv.br), 27 fev. 2018.
- CARVALHO, Elizabeth Sales de; MENDES, Evandro Rocha. Diamantina: Serra dos Cristais. In: INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA/MG (ed.). *Guia de bens tombados IEPHA/MG*. 2. ed. Belo Horizonte: IEPHA/MG, 2014. p.231-234.
- CORRÊA, Roberto Lobato. “Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: Um texto para discussão”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA,
- CÔRREA, Roberto Lobato. “O espaço urbano”. 4. Ed. São Paulo: Ática. 1989.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Minas Gerais. Monumentos Históricos e Artísticos: Circuito do Diamante. Belo Horizonte: Revista Barroco, nº 16, 1994.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Nota Técnica Déficit Habitacional no Brasil anos 2011 e 2012. Belo Horizonte, 2014.
- GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. (Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática. 5ª ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Almedina, 2020.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.
- HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. Tradução Rogério Bettoni. Boitempo, 2016.
- HARVEY, David. *Paris: capital da modernidade*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2015.
- HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- LEFEBVRE, Henri. *A Re-Produção das Relações Sociais de Produção*. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. 2ª Ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MACHADO, M. Segregação sócio-espacial em cidade média: Estudo de caso no loteamento popular Jardim Cachoeira em Juiz de Fora -MG, Brasil. Marcelo L. de SPOSITO, M. Encarnação B. (organizadores). "A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios". São Paulo: Contexto, 2012. Pp. 41-51.

MARTINS, Marcos Lobato. Quintais, chácaras, intendências e abastecimento alimentar em Diamantina: séculos XIX e XX. Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira, FAFIDIA / UFMG, 2004a.

MONTE-MOR, Roberto Luis de Melo. Gênese e estrutura da cidade mineradora. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2001a. Texto para discussão.

Ocupação Chico Rei. Disponível em: <[https://www.facebook.com/OcupacaoChicoRei/?locale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/OcupacaoChicoRei/?locale=pt_BR)>. Acesso em: 10 jul. 2023.

Ocupação Chico Rei, em Ouro Preto (MG), está ameaçada de despejo. Disponível em: <<https://www.brasilefatomg.com.br/2018/12/20/ocupacao-chico-rei-em-ouro-preto-mg-esta-ameacada-de-despejo>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

Ouro Preto: desabrigados pedem soluções na habitação e aumento de auxílio. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/05/05/interna\\_gerais,1364568/ouro-preto-desabrigados-pedem-solucoes-na-habitacao-e-aumento-de-auxilio.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/05/05/interna_gerais,1364568/ouro-preto-desabrigados-pedem-solucoes-na-habitacao-e-aumento-de-auxilio.shtml)>. Acesso em: 10 jul. 2023.

Ocupação Chico Rei. (s.d.). Página do Facebook. Acesso em 2023, disponível em <https://www.facebook.com/OcupacaoChicoRei/>

PEREIRA, R. D. DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO À UTOPIA URBANA. Ensaio de Geografia, v. 6, n. 12, p. 83–103, 22 dez. 2020.

PRETO, O. OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA: PRESERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO EM OURO PRETO [Des]indústriaOP. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<http://arcoweb.s3.amazonaws.com/docs/urban21/finalistas-2016/EQ-0008.pdf>>. Acesso em: 4 jul. 2023.

PAULO, S. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA TOTALIDADE URBANA E TOTALIDADE-MUNDO AS CIDADES COLONIAIS BARROCAS FACE À PATRIMONIALIZAÇÃO GLOBAL EVERALDO BATISTA DA COSTA.

QUARESMA, Valdete Boni e Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. TESE. Revista Eletrônica dos Pós- Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: Acesso em: 9 jan. 2024.

RODRIGUES DE SOUSA, M.; VALENTIM, É.; MARTINS, R. O DIREITO A TERRA E A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE -os movimentos sociais como fonte do direito a terra.

SILVA, Harley; SANTOS, Igor R. Torres. Mineração e cidade, cidade da mineração: notas sobre a produção do espaço urbano das cidades mineiras sob a égide da indústria mineradora. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA: estudos setoriais sobre economia mineira, 14., 2010, Diamantina. [Anais eletrônicos...] Belo Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais, 2010.

SIMPÓSIO, A.-X.; DE HISTÓRIA -FORTALEZA. Formações territoriais urbanas em São João del-Rei (MG).

SIMÃO, Maria Cristina R.; CAVALLAZI, Rosângela L. (2017). Preservação do património urbano e direito à cidade: intersecções e desvios.... The Overarching Issues of the European Space: Society, Economy and Heritage in a Scenario ... Porto: FLUP, pp. 289-300.

SOUZA, K. D. DE. Patrimônio cultural e as práticas de delimitação de sítios tombados: um estudo para o conjunto arquitetônico e urbanístico de Serro, MG.

SPOSITO, M. E. B; E. S. A construção de uma pesquisa em ciências humanas. Consequência, 2022.

STUMPF, Roberta Giannubilo. 2017. "Minas contada em números – A capitania de Minas Gerais e as fontes demográficas (1776-1821)". Revista Brasileira de Estudos da População v.34 n.3: 529-548.

VILLAÇA, Flávio. Espaço Intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 1998.

**APÊNDICE I – Roteiro 1 para entrevista com o superintendente de habitação do  
Município de Ouro Preto (MG)**

- 1) Atualmente, no município, como vem sendo feito a política de habitação de interesse comum? Quais as políticas públicas implementadas pela Prefeitura Municipal voltadas para reverter o processo de exclusão ou inexistência de moradias para os pobres (agentes excluídos) em Ouro Preto?
- 2) Como vem sendo a relação Estado e Ocupação Chico Rei?
- 3) Quais as divergências pontuais da política pública de habitação de interesse comum e as reivindicações do movimento?
- 4) Sobre as terras da FEBEM, atualmente existe algum plano ou proposta em percurso para reintegração de posse a favor da Ocupação Chico Rei?
- 5) Existe de fato para além do campo da promessa, ou seja, algum acordo com a União e poder público municipal que cumpra o direito à moradia de interesse comum ao movimento com garantias, verbas, execuções em si de habitação para os grupos excluídos?
- 6) Sobre o plano diretor, você tem percebido avanços quando se trata de políticas públicas voltadas para o uso da terra para habitação de interesse comum?

**APÊNDICE II – Roteiro 2 de entrevista com o vereador (líder) da Ocupação Chico Rei**

- 1) Atualmente, no município, como vem sendo feito a política de habitação de interesse comum? Quais as políticas públicas implementadas pela Prefeitura Municipal voltadas para reverter o processo de exclusão ou inexistência de moradias para os pobres (agentes excluídos) em Ouro Preto?
- 2) Como vem sendo a relação (diálogo) Estado e Ocupação Chico Rei?
- 3) Como ocorreu o diálogo e/ou reivindicações com os órgãos públicos envolvidos na decisão de retirada da ocupação da Febem?
- 4) Existe de fato para além do campo da promessa, ou seja, algum acordo com a União e poder público municipal que cumpra o direito à moradia de interesse comum ao movimento com garantias, verbas, execuções em si de habitação para os grupos excluídos?
- 5) Sobre o plano diretor, você tem percebido avanços quando se trata de políticas públicas voltadas para o uso da terra para habitação de interesse comum?

**APÊNDICE III – Roteiro 3 de entrevista com as lideranças da Ocupação Chico Rei**

- 1) Como aconteceu a ocupação da FEBEM (origem, história)?
- 2) Quais são as principais motivações na criação do movimento e porque a ocupação escolheu as terras da FEBEM?
- 3) Quais são as principais reivindicações feitas pelo movimento?
- 4) E quais principais dificuldades ou barreiras para o atendimento dessas reivindicações?
- 5) Como é a relação da ocupação com o poder municipal (Prefeitura e Câmara De Vereadores)?
- 6) Na sua opinião, qual verdadeira motivação da retirada da ocupação das terras da FEBEM?
- 7) E porque ainda não ocorreu a reintegração de posse a favor da ocupação?

**ANEXO A - Relatório de serviço do Departamento de Fiscalização e Posturas da PMOP, referentes as vistorias realizadas nos dias 14, 20 e 22/01/2018**



SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO  
Rua Conselheiro Santana, 14, Pilar  
Ouro Preto – Minas Gerais – 35.400-000  
Telefone: (31) 3559 - 3244  
Email: fiscalizacao@ouropreto.mg.gov.br

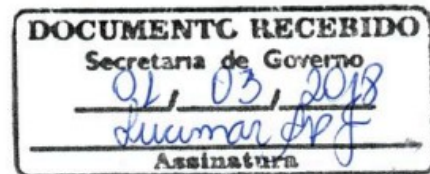
**RELATÓRIO DE SERVIÇO**

<b>Infratores (as)</b>	Diversas pessoas invasoras, ainda não qualificadas e identificadas	
<b>Endereço</b>	Rua Dom Helvécio (região da antiga FEBEM) e entorno – Ouro Preto	<p><b>Matrícula:</b> 2.149, Livro 2 Registro Geral, Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Ouro Preto</p> <p><b>Termo de Cessão de Uso de Imóvel nº:</b> 1380.1.00.001/2004 – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Governo do Estado de Minas Gerais</p>
<b>Datas das Vistorias</b>	14/01/2018, 20/01/2018 e 22/01/2018	
<b>Fiscais</b>	José Geraldo, Marcos Antônio e Maximiliano	
<b>Descrição</b>	<p>Após vistorias foram identificamos a ocorrência de diversas invasões na região em torno da antiga FEBEM.</p> <p>Foram constatadas cortes de árvores, cercamento de terras, início de desmembramentos de lotes, aberturas de sapatas para construção de base de casa, construções de barracões e outros diversos.</p> <p>Tendo em vista que o terreno está sob cessão de uso do município e levando-se em conta que o município possui a obrigação de fiscalização das áreas sob sua responsabilidade, <b>alertamos da urgência de se realizar ações conjuntas com demais órgãos de segurança pública para retirar as cercas e barracos instalados, qualificar invasores e coibir novas invasões.</b></p> <p>Obs: Está estampado na capa do jornal "O Espeto", Ano XX, nº 424, 3ª Semana de Janeiro de 2018, a citada invasão no terreno.</p>	

## ANEXO B - Pedido de reintegração de posse 28/02/2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL  
 Rua Conselheiro Santana, 14, Pilar  
 35.400-000 – Ouro Preto – Minas Gerais  
 Telefone: 313552-4010

Memorando nº 001/2018 SMDS:



**De:** Gabinete de Secretário de Defesa Social  
**Para:** Procuradoria Jurídica Municipal  
**Assunto:** Terras da FEBEM  
**Cópias para:**  
 Exmo. Sr. Prefeito Júlio E.G.M. Araújo  
 Exmo. Sr. Secretário de Governo André Simões Villas Boas

28 de fevereiro de 2018

Exmo. Sr. Procurador-Geral,

Conforme Relatório de Serviço, do Departamento de Fiscalização e Posturas, anexo, referentes as vistorias realizadas nos dias 14, 20 e 22/01/2018, na rua Dom Helvécio, FEBEM, os Fiscais constataram cortes de árvores, cercamento de terras, início de desmembramento de lotes, abertura de sapatas para a construção de base para casas, construções de barrações, que foi, inclusive capa do jornal Espeto, nº 423, edição da 3ª semana de janeiro de 2018 e amplamente divulgado em redes sociais.

Os autores da tentativa de ocupação e do início de loteamento irregular e edificações clandestinas denominam-se "**Ocupação Chico Rei**" coordenada pelo Sr. Wanderley Rossi Júnior, Kuruzu, ex-vereador e ex-Presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto, e, ainda ex-servidor público, ocupante do cargo comissionado de Secretário Municipal de Governo na gestão de José Leandro Filho (2013/2016).